Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quinta-feira, 29 de agosto de 2024

EDIÇÃO 25.152

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Preço do etanol pode aumentar com incêndios

ECONOMIA Perdas nas lavouras de cana-de-açúcar devem impulsionar a cotação do combustível no próximo ano

A onda de incêndios no interior de São Paulo, que já se espalha pelo Brasil, piorou a situação das lavouras de cana-de-açúcar, que já vinham registrando perdas desde abril em função da seca. O preço do etanol poderá aumentar em 2025. "Para o ano que vem já acredito que teremos problemas com a oferta de etanol a partir da cana em função da grande seca. Os incêndios somente potencializam essa perda para a próxima safra", avalia o presidente da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig/Bioenergia), Mário Campos.

Especialistas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), afirmam que as queimadas afetarão os preços do etanol, mas que ainda é cedo para mensurar a proporção. Os agentes de usinas se afastaram das negociações no início da semana e estão em posição de cautela diante dos possíveis impactos da destruição de canaviais pelo fogo no mercado.

Em Minas Gerais, também ocorreram incêndios em diversas plantações de cana-de-açúcar, cuja safra é iniciada em abril e concluída em novembro. Segundo a Siamig Bioenergia, o setor segue com "uma profunda preocupação com a situação". A entidade reitera que as ocorrências têm sido agravadas pela seca severa e condições climáticas desfavoráveis.

A incidência de incêndios vem crescendo em áreas rurais de Minas Gerais diante da estiagem prolongada, temperaturas elevadas e ventos fortes de agosto. Em Passos, no Sul do Estado, foram registrados dois grandes incêndios que prejudicaram culturas de milho e cana-de-açúcar e a pecuária de leite. Ao todo, foram queimados 3 mil hectares, com prejuízo para 20 produtores da região. PÁGS. 3 E 8

Em Passos, no Sul de Minas, dois grandes incêndios destruíram 3 mil hectares, com prejuízo para a pecuária leiteira e culturas de milho e cana-de-açúcar FOTO: DIVULGAÇÃO / SIND. PRODUTORES RURAIS DE PASSOS

Minas Gerais e União fecham um acordo para o pagamento da dívida estadual

O governo de Minas Gerais e a União selaram um acordo para o pagamento da dívida do Estado, estimada em R$ 165 bilhões. O plenário do Supremo referendou ontem as medidas cautelares que prorrogaram o prazo de vencimento dos débitos. A AGU e o AGE requereram ao STF que o RRF de Minas seja considerado como se estivesse homologado desde 1º de agosto, com a consequente efetivação dos pagamentos em 1º de outubro. PÁG. 7

O governo de Minas ganhou prazo para quitar parcelas da dívida com a União FOTO: GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

A Farmax planeja ampliar a capacidade produtiva da planta de Divinópolis FOTO: DIVULGAÇÃO / FARMAX

Farmax faz captação de R$ 200 milhões com entrada de dois sócios nas operações

Farmax realizará captação de R$ 200 milhões com entrada de dois sócios - os fundos de investimento Lazuli Partners e Vidya Capital - nas operações. Com o acordo, que depende de aprovação do Cade, a estimativa da companhia do setor de beleza e saúde é acelerar o crescimento. A meta é chegar a 2026 com R$ 1 bilhão de receita líquida. Haverá aportes em tecnologia para ampliar a capacidade da fábrica de Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas. PÁG. 9

MG registra menor saldo de empregos no mês passado

Apesar de ser positivo, o saldo da geração de empregos formais em Minas Gerais em julho foi o menor de 2024 e o pior para o período em toda a série histórica do novo Caged, iniciada em 2020. O superávit foi de 11,1 mil vagas. O resultado foi positivo em quatro dos grandes setores da economia, com a liderança de serviços (7,2 mil). Em seguida, vieram indústria (2,7 mil), comércio (2 mil) e construção (1,4 mil). A agropecuária eliminou 2,2 mil postos de trabalho. PÁG. 5

O superávit em Minas Gerais foi de 11,1 mil vagas formais em julho, segundo o Caged FOTO: MARCELLO CASAL JR. / AGÊNCIA BRASIL

Usiminas emitirá R$ 1,6 bi em debêntures
PÁG. 4

Indicação de Galípolo tem aval de entidades
PÁGS. 14 E 15

Alexandre Silveira elogia novo presidente da Vale
PÁG. 6

ARTIGOS

EDITORIAL

O desempenho da economia para além do esperado trouxe reflexos positivos também para a arrecadação da União, que, em julho, somou R$ 231 bilhões, valor correspondente a aumento real de 9,55% se comparado com igual período do ano passado. No acumulado do ano, e apesar das perdas decorrentes das inundações no Rio Grande do Sul, a arrecadação soma R$ 1,4 trilhão e alta de 9,07%, valores com impacto também na composição do déficit fiscal. Seria de extrema valia o conhecimento do valor das despesas no período para melhor entendimento do quadro geral das finanças públicas no País. A redução de despesas, da parte de um Estado gastador, deveria ser entendida como ingrediente fundamental na desejada e necessária construção do equilíbrio fiscal. PÁG. 2

DÓLAR DIA 28

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,5560	R$ 5,5560
TURISMO	R$ 5,5820	R$ 5,7620
PTAX (BC)	R$ 5,5309	R$ 5,5315

EURO DIA 28

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,1537	R$ 6,1549

OURO DIA 28

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.504,39
BM&F (g)	R$ 445,68

TR dia 1º	0,0707%
POUPANÇA dia 1º	0,5711%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA

22/08	23/08	26/08	27/08	28/08
-0,95	+0,32	+0,94	-0,08	+0,42

OPINIÃO

O Tribunal de Contas: esse desconhecido do povo

Marcelo Figueiredo
Advogado, consultor jurídico e professor de Direito Constitucional da PUC-SP

A história do Estado Constitucional, desde suas origens, busca uma fórmula ideal para o estabelecimento de um equilíbrio entre o governo e parlamento, e que assegure o mais possível a independência do parlamento e elimine o mais possível a influência dos detentores do Poder Executivo sobre o exercício das funções de representação popular das Casas Legislativas.

O controle do poder é aspiração antiga. Já a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, em seu artigo 15, definiu que: "A sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração".

O Tribunal de Contas é um órgão previsto na Constituição de 1988 (artigos 70 a 75 da CF), e a ele compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que receba verbas ou valores públicos é obrigado a prestar contas. Há Tribunal de Contas Federal (da União), nos Estados, e em alguns Municípios.

Os Tribunais de Contas têm uma competência bem ampla. Dentre elas, destaca-se a fiscalização da regularidade dos contratos administrativos; as contas dos administradores públicos; a admissão de pessoal, dentre tantas outras.

Na verdade, por ser um órgão especializado, o Tribunal de Contas realiza um tipo de controle muito peculiar sobre as despesas públicas. Fala-se em controle de legalidade, de legitimidade, e de economicidade. O controle de legalidade atinge todos os atos e operações necessários à execução do orçamento. Visa atender ao princípio da transparência.

O controle de legitimidade de uma ação estatal está relacionado à sua capacidade de refletir o interesse público da sociedade organizada, procura o que é justo e democrático.

O controle de economicidade é feito por auditorias operacionais e visa obrigar o agente público a gerir adequadamente o patrimônio público e buscar a economia na execução das despesas. A economicidade exige um bom planejamento por parte do gestor público.

Caso o tribunal de ofício ou mediante provocação verificar a ilegalidade de despesas deverá instaurar auditorias financeiras e orçamentárias. O Tribunal de Contas exerce jurisdição especializada sobre a Administração Pública, a qual não se confunde com a realizada pelo Poder Judiciário, mediante a iniciativa do Ministério Público e das demais entidades legitimadas à tutela dos direitos coletivos e difusos.

Em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade nas contas, o Tribunal de Contas aplica aos responsáveis, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário. É preciso que o gestor público e o gestor privado que recebam verbas ou repasses públicos contem com uma boa assessoria e consultoria jurídica para atender todas as exigências e procedimentos feitos pelos Tribunal de Contas.

A ausência de acompanhamento eficaz das contas e contratos públicos pode gerar pesados ônus ao Administrador Público ou o gestor público ou privado, e no limite, inclusive às vezes a sua inidoneidade, improbidade ou ainda a inelegibilidade.

Freio de arrumação e represália

Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

"Acordo sobre emendas aponta um caminho, mas não finaliza as ações..." (Ministro Flávio Dino, do STF).

O "freio de arrumação", proposto pelo Supremo Tribunal Federal, funcionou com razoáveis resultados no palpitante caso das emendas parlamentares. Representantes dos Três Poderes participaram, como se chegou a dizer, de uma "audiência de conciliação". Acertaram os ponteiros nos conformes constitucionais. O diálogo mostrou-se positivo, embora tenha sido ainda insuficiente para ajeitar todas as pendências que a questão comporta. Mas, como se costuma dizer no popular, é preferível algum diálogo, a diálogo algum.

A decisão tomada representa nada mais, nada menos daquilo que a Constituição estipula no tocante à lisura nos gastos públicos. Os princípios da transparência e rastreabilidade, de obviedade ululante, terão que ser rigorosamente observados na distribuição dos recursos. Nenhum detentor da prerrogativa de emprego das verbas poderá movimentá-las sem responder com clareza a esses quesitos essenciais: o que, quem, quando, onde, como, por quê?.

Restou, para avaliação futura mais aprofundada, já aí envolvendo como interlocutores o Executivo e o Legislativo, a questão do volume avultado do dinheiro público carreado para as ditas emendas, que correspondem hoje, pra pasmo geral, a quase 50% da parte reservada pelo governo para programas de benfeitorias públicas.

Cumpre ainda assinalar, a propósito do assunto reportado, que repercutiu muito negativamente a notícia de que alguns próceres da Câmara Federal andaram prometendo represálias, tendo por alvo o STF, diante das medidas saneadoras, adotadas pela Corte. Como se noticiou, o presidente da Casa, Arthur Lira, desengavetou uma proposta de emenda constitucional prevendo, por incrível que pareça que decisões do Judiciário possam ser submetidas ao crivo do parlamento. Ou seja, deputados e senadores avocariam poderes de julgar o que fosse julgado pelo Judiciário. Uma maluquice sem tamanho. Um dispositivo desse gênero fere em cheio a Constituição, abala a relação entre os Poderes da República, representando chocante inequívoco retrocesso democrático. Observadores categorizados da cena política lembram que procedimento desse jaez só pode prevalecer em regimes autoritários, a exemplo do que aconteceu no Brasil em 1937, no Estado Novo, com a instituição da temível "Polaca".

2) Dia do fogo – A ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, analisa por prisma sombrio o fogaréu que se espalhou pelos canaviais do interior paulista. Considera o caso atípico. Compara os incêndios de agora com o chamado "dia do fogo", ocorrido tempos atrás envolvendo ações criminosas, de cunho político, detectadas no Pará. As suspeitas da ministra deram causa a investigações da Polícia Federal. As diligências policiais abrangem ocorrências verificadas também na Amazônia e Pantanal. Prisões já ocorreram por atos incendiários deliberados.

EDITORIAL

Conta que não fecha

O desempenho da economia para além do esperado trouxe reflexos positivos também para a arrecadação da União, que, no mês de julho passado, somou R$ 231 bilhões, valor correspondente a aumento real de 9,55% se comparado com igual período do ano passado. No acumulado do ano, e apesar das perdas decorrentes das inundações no Rio Grande do Sul, a arrecadação soma R$ 1,4 trilhão e alta de 9,07%, valores com impacto também na composição do déficit fiscal. Conhecidas as receitas, seria de extrema valia o conhecimento também do valor das despesas no período para melhor entendimento do quadro geral das finanças públicas no País.

A divulgação, pela Secretaria da Receita Federal, dos números acima reproduzidos coincidiu com o anúncio, devidamente formalizado pelo próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que Brasília estuda mudanças no Imposto de Renda. Novidades já para o próximo exercício, visando compensar perda de receitas por conta da manutenção da desoneração das folhas de pagamento, confirmada na semana passada. Entre os dois movimentos parecem existir peças que não se encaixam da melhor forma, fazendo lembrar que a administração federal tem sido cobrada por dar pouca ou nenhuma ênfase ao corte de gastos na sua pretendida busca pelo reequilíbrio fiscal.

Caberia observar também, no necessário entendimento mais amplo e preciso sobre a questão, que o bom resultado obtido na arrecadação não ficou por conta exclusivamente do desempenho da economia, cujo crescimento medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) deverá girar em torno dos 2,5% na conta anualizada, bem abaixo, portanto, da variação da arrecadação no mesmo período. E caberia reconhecer, por óbvio, que a redução de despesas, principalmente da parte de um Estado sabidamente gastador, para não dizer perdulário, deveria ser entendida como ingrediente fundamental na desejada e necessária construção do equilíbrio fiscal.

Prosseguir na rota contrária bem pode representar para o mais importante dos ordenadores de despesas alguma comodidade no plano político, porém na mesma proporção em que significa, para o contribuinte, peso maior a ser carregado inutilmente. Exatamente como o ministro Fernando Haddad sugere ao antecipar que as garras do leão do Imposto de Renda estão sendo ainda mais afiadas.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:

Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJOR Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

ECONOMIA

Preço do etanol deve ser impactado em 2025

INCÊNDIOS FLORESTAIS Queimadas atingiram canaviais, principalmente no interior de São Paulo, maior produtor de cana-de-açúcar do País

JULIANA SODRÉ

A onda de incêndios no interior do estado de São Paulo, que também se espalha pelo Brasil, piorou a situação das lavouras de cana-de-açúcar, que já vinham registrando perdas desde abril por causa da seca. Com isso, o preço do etanol poderá ser afetado no futuro, segundo especialistas. O cenário coloca produtores e agentes de usinas em estado de alerta até que os impactos possam ser entendidos de forma mais clara.

Especialistas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), afirmam que as queimadas afetarão os preços do etanol, mas que ainda é cedo para cravar a proporção.

Segundo os especialistas, os agentes de usinas se afastaram das negociações no início da semana e estão em posição de cautela tentando entender quais serão os possíveis impactos. Além disso, o indicador utilizado pelo Cepea para monitorar semanalmente os combustíveis, como o etanol, só será divulgado nesta sexta-feira (30). Até lá, não é possível observar nenhuma reação no mercado.

O presidente da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig/Bioenergia), Mário Campos, diz que ainda não consegue prever se os preços do etanol serão impactados. Para ele, a dinâmica do mercado envolve muitos fatores, por isso, acredita que, para esse ano, os efeitos serão poucos na oferta de etanol a partir da cana.

O cenário em 2025, no entanto, pode ser outro. "Para o ano que vem, já acredito que teremos problemas com a oferta de etanol a partir da cana em função da grande seca. Os incêndios somente potencializam essa perda para a próxima safra", comentou Campos.

A mesma percepção tem o professor de Ciências Contábeis e diretor da Estácio Floresta, Alisson Batista. Na visão dele, os impactos serão sentidos na safra que será colhida em 2025. Por isso, o motorista que abastece com etanol não precisa se preocupar com a elevação dos preços agora.

"Num primeiro momento, no ano de 2024 principalmente, a gente não vai ver aumento do preço do etanol, que já está bastante estabilizado. Tivemos o reflexo da modificação no preço das bombas de gasolina, que impactou o preço também do etanol em virtude de uma questão econômica de oferta e demanda, e não haverá reflexos este ano", diz.

De fato, o aumento da inflação da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), divulgada na terça-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) da região avançou 0,29% em agosto e tem a maior inflação acumulada do País (4,35%).

O maior impacto veio justamente do grupo de transporte, que registrou variação de 1,43% em relação a julho, puxada pela alta dos preços dos combustíveis, sobretudo, do etanol, que avançou 5,59% na região.

> "Num primeiro momento, no ano de 2024, a gente não vai ver aumento do preço do etanol, que já está bastante estabilizado"
> Alisson Batista

Preço do etanol será afetado, mas maioria dos especialistas ouvidos pelo Diário do Comércio diz que ainda é cedo para apontar uma proporção FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

Altas especulativas podem acontecer

De acordo com o professor de Finanças Gilberto Braga, do Ibmec Rio, houve efetivamente perda nas culturas de cana-de-açúcar da região de Ribeirão Preto e adjacências. "Obviamente isso pressiona o preço do etanol, mas ainda é cedo para dizer que isso vai acontecer", enfatiza.

Na visão dele, há possibilidade de reajustes especulativos por conta de produtores e de revendedores neste momento, já que ainda não se detectou e não se tem conhecimento de aumentos relevantes no preço do produto.

O discurso oficial é de que os estoques existentes são suficientes para manutenção de preços no curto prazo. "É preciso ainda analisar as repercussões, até porque se espera que o mês de setembro seja também de seca. Então, há a possibilidade de novas queimadas. É uma situação que precisa ser reanalisada mais para frente", acredita.

O professor da área de Gestão do Centro Universitário Una, Stênio Afonso, explica que como São Paulo é um dos maiores produtores e distribuidores de açúcar e etanol do País, aquele estado começa a sofrer com a perda de matéria-prima. "As queimadas podem atingir ainda mais estes locais, acabando com uma safra inteira e fazendo com que falte matéria-prima no mercado no futuro, o que pode acarretar no aumento do preço do etanol e até da gasolina", avaliou.

O coordenador do curso de Economia do Ibmec Belo Horizonte, Ari Francisco, avalia que os preços sofrerão alta já nas próximas semanas. Isso porque a seca e as queimadas reduziram a oferta de insumos, o que encarece o preço do produto final. "Difícil saber o momento em que isso vá aparecer já nas próximas semanas. A produção que começaria em outubro, provavelmente vai ser antecipada para minimizar essas perdas, e o impacto do preço deve vir nos próximos dias ou nas próximas semanas", acredita. **(JS). Veja mais sobre incêndios florestais na pág. 8**

BR-040 tem 72 focos em 20 dias

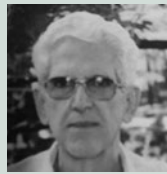
Nos últimos 20 dias, a EPR Via Mineira já reportou 72 incêndios de BR-040 em Minas Gerais. A concessionária assumiu o trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, na Zona da Mata, há menos de um mês. "Com o clima seco, o risco de incêndios aumenta significativamente. Precisamos evitar que episódios graves se repitam", alerta o diretor-executivo da EPR Via Mineira, Eric de Almeida.

Segundo ele, os incêndios não apenas degradam a qualidade do solo e destroem a vegetação, mas também poluem o ar e resultam na morte de animais, seja pelas chamas ou por atropelamentos enquanto tentam escapar.

Eric de Almeida também acrescenta que durante a estação seca, o risco de queimadas nas rodovias é ainda maior e a combinação de ventos fortes com a falta de chuva pode transformar pequenos focos de fogo em grandes desastres naturais e causar acidentes graves. "A colaboração dos moradores das áreas vizinhas e dos usuários da rodovia é essencial. Pedimos que todos evitem jogar pontas de cigarro na estrada, soltar balões, acender fogueiras ou promover queimadas não autorizadas", alerta o executivo.

No último dia 19, a fumaça proveniente de um incêndio na Serra da Moeda causou a interdição temporária da BR-040, na altura de Itabirito, na região Central do Estado. Na ocasião, a EPR mobilizou nove colaboradores e um caminhão-pipa para auxiliar o Corpo de Bombeiros. Durante a operação, foram utilizados cerca de 8 mil litros de água.

A EPR Via Mineira orienta os usuários que ao avistarem fogo ou fumaça na rodovia, após chegarem em um local seguro, que entrem em contato pelo número 0800 003 1040. A ligação é gratuita e o serviço funciona 24h por dia.

A tomada de decisão no agro é conjuntural

Benjamin Salles Duarte
Engenheiro agrônomo

A geração de novos conhecimentos e práticas nos cenários rurais fundamenta-se num processo que implica centenas de variáveis dentro e fora da porteira da fazenda. A tomada de decisão de quem planta, cria, abastece e exporta é, acima de tudo, baseada em conjunturas internas e externas num mundo sem fronteiras físicas nas ofertas de produtos agrícolas, pecuários e florestais, bem como de energia limpa renovável, entre outros.

Aliás, o trânsito de mercadorias, sejam elas quais forem, existe há milhares de anos nesse planeta Terra; mercadoria, na prática, é tudo aquilo que se pode comprar e vender! Os economistas podem explicar melhor essas abordagens e temas nas suas respectivas áreas de saberes e atuações através dos desempenhos rural e urbano, que são conectados!

Nesse país continental, que planta e cria durante o ano todo por suas múltiplas vocações regionais e climáticas, pode-se avaliar a crescente demanda de inovações geradas pela pesquisa agropecuária e adotadas no sistema agronegócio do campo à mesa do consumidor. Entretanto, que haja lucratividade para os produtores rurais, e sendo predominante a agricultura familiar brasileira, que soma 3,89 milhões de estabelecimentos agropecuários, dos quais 441,4 mil em Minas Gerais (77,2%) (Agro/2017/IBGE). O PIB do agronegócio mineiro, a preços correntes, passou de R$ 171,9 bilhões em 2015 para R$ 228,6 bilhões em 2023 (+ 32,9%)(FJP).

> *"A agricultura familiar em Minas Gerais é a 2ª do Brasil em número de estabelecimentos, onde 87,2% dos dirigentes são proprietários"*

Aliás, entre 2020 e 2023 o superávit acumulado nas vendas externas do agronegócio mineiro foi de US$ 44,7 bilhões, com a média nesse período de 49,5% do superávit total das exportações de Minas Gerais.

Noutro cenário da agroeconomia mineira, o número de estabelecimentos agropecuários cresceu de 265,5 mil em 1950 para 607,4 mil em 2017 (+128,7%) a exigir eficientes estratégias de assistência técnica, extensão rural, pesquisa, inovações, crédito rural e integrados aos mercados. A agricultura familiar em Minas Gerais é a 2ª do Brasil em número de estabelecimentos, onde 87,2% dos dirigentes são proprietários!

Além disso, num panorama de complexidades dessa magnitude emerge a prática da gestão das inovações e suas convergências econômicas, sociais e ligadas aos recursos naturais, bem como ancoradas nas políticas públicas = sustentabilidade!

E mais, associando-se aos ganhos crescentes de produção e produtividade nas culturas e criações, ou seja, visão de sistemas e consolidar os padrões rastreáveis de qualidade = segurança alimentar! Contudo, ressalte-se que o Brasil é o 3º maior produtor de alimentos do mundo, o que revela uma conquista memorável nos últimos 50 anos e ocupa esses 1ºs lugares nas exportações; soja + açúcar + carne de frango + carne bovina + café + suco de laranja + algodão (Mapa).

ECONOMIA PARA TODOS

GUILHERME ALMEIDA

Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG.

MEI: o dilema do crescimento

A expansão do número de microempreendedores individuais (MEIs) no Brasil é um fenômeno que chama a atenção pela sua expressividade. Desde a criação dessa modalidade em 2008, milhões de brasileiros encontraram no MEI uma alternativa viável para formalizar suas atividades econômicas. A simplicidade do registro, as baixas contribuições mensais e a possibilidade de emitir notas fiscais são atrativos que transformaram o MEI em uma porta de entrada para o empreendedorismo.

Este crescimento, por um lado, é positivo. A formalização permite que trabalhadores que antes operavam na informalidade passem a contribuir para a economia formal, tendo acesso a benefícios como previdência social e crédito com juros mais baixos. Além disso, o MEI é um instrumento fundamental para a inclusão produtiva, especialmente em um contexto de desemprego e precarização das relações de trabalho. Para muitos, ser MEI é uma solução para garantir uma renda mínima e retomar o controle de suas vidas profissionais.

Contudo, há aspectos que precisam ser considerados. A explosão de MEIs pode ser vista, em parte, como um reflexo das dificuldades enfrentadas por trabalhadores para encontrar emprego formal, com carteira assinada, e pelas empresas em manter funcionários diante de uma carga tributária onerosa e uma economia marcada por incertezas. Em outras palavras, muitos recorrem ao MEI não por opção empreendedora genuína, mas por necessidade, o que levanta questionamentos sobre a qualidade desse tipo de trabalho. Isso é ratificado por um estudo do IBGE divulgado na última semana, que mostrou que 60% das pessoas que tinham empregos formais em 2022 viraram MEIs.

Nesse ponto, um dos principais aspectos de preocupação diz respeito à questão previdenciária. O MEI contribui com um valor fixo mensal (5% do salário mínimo) que é significativamente menor do que as contribuições exigidas de trabalhadores formais ou de outros tipos de empresas (até 14% do rendimento bruto). Embora isso seja um atrativo para a formalização, pode se tornar uma armadilha para o futuro.

Ademais, a facilidade de se tornar MEI pode mascarar o aumento da precarização do trabalho no Brasil. A formalização pelo MEI não deve ser um substituto para a criação de empregos formais, com direitos garantidos e uma rede de proteção social robusta. Dependendo da forma como o mercado de trabalho evolui, essa proliferação de MEIs pode acabar contribuindo para a fragilização das condições de trabalho e para a desigualdade social.

É imperativo que o debate sobre o MEI seja ampliado, considerando tanto seus benefícios imediatos quanto os desafios que podem surgir a longo prazo. O estímulo ao empreendedorismo e à formalização é necessário, mas não pode se desvincular da necessidade de políticas públicas que fortaleçam o mercado de trabalho formal e garantam uma rede de proteção social adequada.

Dívida líquida da Usiminas atingiu R$ 998 milhões no final do segundo trimestre, resultado foi afetado pela variação cambial no período FOTO: JOÃO RABÊLO / USIMINAS

Usiminas vai emitir R$ 1,6 bi em debêntures

SIDERURGIA Recursos serão utilizados para o refinanciamento da dívida, informa a companhia em comunicado ao mercado

JULIANA GONTIJO

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas) vai emitir R$ 1,6 bilhão em debêntures, com os recursos voltados para o refinanciamento de dívida, conforme ata de reunião extraordinária do Conselho de Administração, publicada ontem (28).

De acordo com o comunicado do grupo siderúrgico, a 10ª emissão de debêntures da Usiminas será feita em três séries com vencimentos entre cinco e dez anos. Os papéis não serão conversíveis em ação. A operação terá como data de emissão 19 de setembro.

Além disso, o valor inicial da emissão poderá ser aumentado em até 25%, caso haja exercício, total ou parcial, da opção de lote adicional, informou a empresa.

De acordo com o último balanço financeiro divulgado pela Usiminas, a dívida líquida da companhia atingiu R$ 998 milhões no final do segundo trimestre, ante R$ 310 milhões no período imediatamente anterior. A empresa explica que o resultado foi afetado pela variação cambial.

Já o indicador dívida líquida/Ebitda encerrou o segundo trimestre em 0,79 vezes, aponta o balanço de resultados da empresa.

> **"Além disso, o valor inicial da emissão poderá ser aumentado em até 25%, caso haja exercício, total ou parcial, da opção de lote adicional"**

Impasse - A Usiminas segue envolvida num imbróglio judicial, que envolve o grupo ítalo-argentino Ternium e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) favoreceu a CSN em um litígio envolvendo uma multa de R$ 5 bilhões a ser paga pela Ternium.

A situação vem causando preocupações na região do Vale do Aço, em Minas. O motivo é que a Ternium informou que se prevalecer o resultado do último julgamento, a empresa vai rever futuros investimentos no Brasil, incluindo aqueles que seriam destinados à unidade da Usiminas em Ipatinga.

Outro receio tem a ver com a possível insegurança jurídica no ambiente de negócios provocada a partir do parecer do Poder Judiciário, uma vez que o veredito foi diferente do que geralmente acontece em casos de disputas societárias.

No começo deste mês, no dia 6, o presidente do grupo Techint/Ternium, Paolo Rocca, afirmou que a multa de R$ 5 bilhões determinada pela Justiça brasileira em função da compra de ações da Usiminas é três vezes maior que o valor da participação acionária da multinacional na siderúrgica mineira. A informação foi dada durante o Congresso Aço Brasil, em São Paulo.

Dias antes, em 29 de julho, a Usiminas declarou que a CSN não cumpriu decisão da Justiça Federal de Minas Gerais de reduzir sua participação acionária na Usiminas até o dia 10 de julho, prazo estipulado pelo Judiciário, de acordo com o determinado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O motivo foi a concentração na indústria de siderurgia, em especial, no mercado de aço. Na ocasião, o prazo estabelecido foi de cinco anos para que ocorresse essa venda.

Nos bastidores, a Usiminas enxerga a manutenção de ações pela CSN como uma ameaça potencial à integridade competitiva do mercado.

DESENVOLVIMENTO

Sete Lagoas terá agência de investimentos

JULIANA GONTIJO

Sete Lagoas, na região Central do Estado, poderá contar com uma agência de atração de investimentos nos moldes da Invest BH. O trabalho começou a ser desenvolvido no município pela TSX Invest — unidade de negócios do Grupo TSX, dedicada à estruturação da governança e gestão da atração de investimentos em municípios e estados — com parceiros locais.

Na última segunda-feira (26), executivos da empresa esclareceram para empresários de Sete Lagoas detalhes do cronograma de trabalho com o objetivo inicial de alinhar a "Agenda Bússola", que fará o diagnóstico da maturidade e engajamento da cidade no tema atração de investimentos.

A reunião, na sede da Associação Comercial e Industrial (ACI) de Sete Lagoas contou com representantes das empresas envolvidas no projeto — Cimento Nacional, Grupo Alvo, Sete Lagos Transportes, Grupo Calsete, Áurea Finvest, Diesel Sete Retífica e Aluisio Barbosa Contabilidade.

O executivo da TSX Invest, Virgílio Silva, que é um dos responsáveis pela ação no município, conta que a iniciativa começou em dezembro passado com a ACI de Sete Lagoas e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do município.

"Um conjunto de empresários está financiando um estudo e ações práticas para desenvolver a cidade. Isso vai buscar ativos para trabalhar uma agenda que vai possibilitar a atração de investimentos para Sete Lagoas", diz.

A presidente da ACI de Sete Lagoas, Valéria Reis, destaca a expertise da TSX Invest, que possui uma metodologia apropriada, em vários passos, que vai resultar na instalação de uma agência para atração de investimentos na cidade.

Uma fase para conseguir o objetivo, segundo ela, envolve a coleta de informações e a organização de dados. "Serão cinco meses de trabalho, de entrevista, de análise de dados para verificar quais as qualidades e os possíveis desafios a serem enfrentados no decorrer de todo o processo. Assim, será realizado um diagnóstico e, logo, será montada uma estratégia", conta.

A partir de agora serão definidos alguns setores prioritários de ação para o engajamento de *stakeholders* (conceito se aplica a qualquer indivíduo ou empresas que podem ser impactados por um negócio).

A dirigente fez um balanço positivo da última reunião de *Kick off* - fase Bússola. "Estou muito motivada e com perspectivas muito positivas. Eu acho que o projeto será um salto para Sete Lagoas, pois dará um direcionamento mais robusto para os nossos investimentos. As empresas já instaladas na cidade também terão um suporte maior para a realização dos investimentos", analisa.

Caged tem pior saldo do ano no Estado em julho

MERCADO DE TRABALHO Foram criadas 11,1 mil vagas de empregos em Minas Gerais no período

THYAGO HENRIQUE

Minas Gerais abriu 11,1 mil postos de trabalho formais no sétimo mês deste ano. O saldo, embora positivo, foi o menor resultado de 2024 e o menor para meses de julho em toda a série histórica do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), iniciado em 2020.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), divulgados ontem, quatro dos cinco grandes setores da economia encerraram o mês com superávits. Foram eles: serviços (7,2 mil), indústria (2,7 mil), comércio (2 mil) e construção (1,4 mil). Todos eles, entretanto, apresentaram quedas em relação aos números de junho.

Na direção oposta, a agropecuária apresentou saldo negativo. O setor registrou o fechamento de 2,2 mil vagas de empregos com carteira assinada no período, "freando" o desempenho do Estado.

O economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), João Pio, afirma que a performance foi influenciada pelo fim da colheita do café. O economista-chefe do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Izak Carlos da Silva, diz que houve uma concentração de safras maiores no primeiro semestre, impactando agora na perda de empregos.

Silva ressalta que o fato de o saldo total do Estado ter diminuído em relação a meses anteriores já era aguardado em razão de dois fatores. O primeiro tem a ver com a sazonalidade da agropecuária, enquanto o segundo está associado a um cenário de pleno emprego – Minas Gerais alcançou nos dois últimos trimestres as menores taxas de desemprego de sua história.

"Na prática, isso significa que não temos mais muita gente para contratar. Então, é difícil que esse saldo de empregos, ainda que positivo, seja crescente. Era esperado que tivéssemos uma redução, porque estamos em pleno emprego. Basta dar uma passeada pela rua que você vê placas de 'contrata-se'. É um pouco reflexo disso, não é que o mercado está desaquecendo", ponderou.

Estados - Em um recorte estadual, Minas Gerais teve o quinto maior saldo de julho, atrás de São Paulo (61,8 mil), Rio de Janeiro (10,6 mil), Paraná (14,2 mil) e Santa Catarina (12,2 mil). Com exceção do Espírito Santo (-1 mil), as demais unidades da Federação tiveram resultados positivos. Nacionalmente, foram criadas 188 mil vagas, o maior número para o mês desde julho de 2022.

Setor de serviços registrou a geração de 7,2 mil empregos no Estado FOTO: PEDRO VENTURA / AGÊNCIA BRASÍLIA

> **"Na prática, isso significa que não temos mais muita gente para contratar. Então, é difícil que esse saldo de empregos, ainda que positivo, seja crescente"**
>
> Izak Carlos Silva

MG acumula criação de 173,3 mil postos

De acordo com o Caged, nos primeiros sete meses de 2024, o Estado criou 173,3 mil empregos com carteira assinada, o maior volume para esse intervalo desde 2021 (239,7 mil) – o montante também superou o resultado de todo o ano de 2023 (138,2 mil). Entre as unidades da Federação, Minas Gerais foi o segundo que mais gerou vagas, atrás de São Paulo (441,1 mil).

Neste caso, os cinco setores apresentaram saldos positivos. A ordem ficou assim: serviços (79,7 mil), indústria (29,5 mil), agropecuária (28 mil), construção (25,8 mil) e comércio (10,3 mil).

Para o economista-chefe do BDMG, Izak Carlos da Silva, ainda há espaço para superávits nos próximos meses devido à composição das vagas. Silva analisa que tanto a indústria quanto o setor de serviços em geral, o que inclui comércio, transportes, entre outros segmentos, têm margem para empregar mais.

O economista-chefe da Fiemg, João Pio, destaca que o mercado de trabalho de Minas Gerais em 2024 está bastante aquecido e o quadro deverá se manter no restante do ano sob influência do aumento do poder de compra da população. Pio ressalta que a taxa de juros em patamar restritivo é um limitador, contudo, vai apenas reduzir o ritmo de geração de empregos no Estado.

"Se a taxa de juros eventualmente aumentar no mês que vem, na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), seria mais uma pedra no ritmo de aceleração. Mas quando olhamos o poder de compra das famílias, isso deve continuar estimulando o mercado de trabalho", avaliou. **(TH)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

CIMCOP S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ: 17.161.464/0001-82 - NIRC 3130004265.1

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2024
(Ata sumariada conforme § 1° do artigo 130 da Lei 6.404/76)

ATA: 13 de agosto de 2024, às 09:00hs. (nove horas), em primeira convocação LOCAL: Sede da sociedade à Rua Walfrido Mendes n° 400, Bairro Califórnia, na forma prevista pela § 2º. do art. 121 da lei 6.404/76 (nova redação dada pela Lei 14030 de 28/07/2020), nesta Capital. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente – Sra. ROBERTA MIRAGLIA DE SOUZA MARTINS, Secretário EDMUNDO MARIANO DA COSTA LANNA. PRESENÇAS: acionistas que perfazem maioria do capital votante, em conformidade com os registros de presença. CONVOCAÇÃO: Edital publicado nos dias 02, 03 e 06/08/2024, no "MINAS GERAIS" e no "DIÁRIO DO COMÉRCIO", versão impressa e digital, nos mesmos dias, de conhecimento e aquiescencia de todos os participantes, cuja pauta é a seguinte: PAUTA: A) Criação da Diretoria de Relações Institucionais; B) Aprovação do texto do regimento interno da diretoria consolidado C) Aprovação do texto do estatuto social consolidado; D) Aprovação do texto do regimento interno do conselho consolidado; E) Aprovação da remuneração do colegiado F) Outros assuntos de interesse da sociedade. **DELIBERAÇÕES UNÂNIMES: 1a.)** Aprovada a criação da Diretoria de Relações Institucionais; **2a.)** Em seguida, em decorrência da primeira deliberação, e para todos os efeitos legais, foi aprovada a redação consolidada do **ESTATUTO SOCIAL** que, doravante, regerá a sociedade: **– CAPÍTULO I – Do Nome, Sede, Objeto e Duração da Sociedade** – **Art. 1º** Denomina-se **CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES**, a sociedade por ações com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a qual se regerá por este Estatuto e pela legislação em vigor e se dedicará aos estudos, projetos e a execução de serviços de construção em geral, terraplenagem, pavimentação e urbanização na sua expressão mais ampla; construção de barragens; execução de concreto industrial na construção de fábricas e industrias; todas as obras rodoviárias e ferroviárias; montagens industriais; concessões de serviços públicos em geral; construção e ou manutenção de hidrelétricas, subestações, linhas de transmissão de energia elétrica em alta e baixa tensão, redes de distribuição; manutenção e ou remanejamento de geradores elétricos, equipamentos e sistemas de distribuição, iluminação e luminosos; podendo exercer atividades como importação e exportação de quaisquer equipamentos, peças e outros bens relacionados com suas atividades, e, inclusive, participar de outras sociedades. § 1º. A exclusivo critério do Conselho de Administração, poderão ser instaladas filiais e agencias em quaisquer praças do Território Nacional e exterior, inclusive atribuindo-lhes o respectivo capital. § 2º. O prazo de duração da sociedade é indeterminado. § 3º O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da sociedade deverá considerar os interesses de curto e longo prazo da sociedade e de seus acionistas; e os efeitos econômicos, sociais, ambientais, e jurídicos de curto e longo prazo das operações da sociedade em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da sociedade, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente. **CAPÍTULO II – Do Capital Social – Art. 2º**. O Capital Social é de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), dividido em 516.370.976 (quinhentos e dezesseis milhões, trezentos e setenta mil e novecentos e setenta e seis) ações escriturais e sem valor nominal, sendo 427.795.212 (quatrocentos e vinte e sete milhões, setecentos e noventa e cinco mil e duzentos e doze) ações ordinárias e 88.575.764 (oitenta e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e setecentos e sessenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas, cabendo a cada ação ordinária um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Parágrafo único – As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais e terão os mesmos direitos das ações ordinárias quanto ao recebimento de dividendos, sendo-lhes assegurado, no entanto, um dividendo mínimo, cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano. **CAPÍTULO III – Da Administração** – **Art. 3º**. A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, que terão a competência prevista em lei e neste Estatuto. § 1º - O Conselho de Administração é composto por um Presidente e dois Vice-Presidentes, todos acionistas, brasileiros natos, eleitos, empossados e destituíveis pela Assembleia Geral que fixará a sua remuneração e aprovará o seu Regimento Interno, com mandato por dois anos facultada a reeleição de seus membros; com exceção dos casos de renúncia ou destituição, os Conselheiros permanecerão no exercício de suas funções até a posse dos seus substitutos. § 2º - a Diretoria será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor Operacional, um Diretor Comercial e um Diretor de Relações Institucionais eleitos, empossáveis e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, que lhes fixará a remuneração e aprovará o seu Regimento Interno. § 3º - Nos casos de vacância, a substituição de membros do Conselho de Administração competirá à Assembleia Geral, e os da Diretoria, ao Conselho de Administração. § 4º - Aos Diretores, na forma prevista no Regimento Interno da Diretoria, caberá a representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, sendo aos mesmos facultado, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, constituir procuradores para a prática de atos específicos ou gerais. § 5º - O mandato da Diretoria terá a duração de dois anos, facultada a reeleição. § 6º - No desempenho de suas funções, os administradores da sociedade deverão considerar o melhor interesse da sociedade, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à sociedade: os acionista, os empregados ativos, os fornecedores, clientes e demais credores, a comunidade e o meio ambiente local e global. **CAPÍTULO IV – Do Conselho Fiscal** – **Art. 4º**. A Sociedade terá um Conselho Fiscal não permanente, que funcionará nos exercícios em que a sua instalação for requerida por acionistas, e será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. § 1º - O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações sem direito a voto ou cinco por cento das ações com direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. § 2º - O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal, ainda que a matéria não conste do anúncio de convocação, poderá ser formulado em qualquer assembleia geral, que elegerá seus membros, observadas as normas legais. § 3º. A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal fixará a sua remuneração, respeitados os limites legais. **CAPÍTULO V – Do Exercício Social** – **Art. 5º**. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro. **CAPÍTULO VI – Dos Lucros, Reservas e Dividendos** – **Art. 6º**. Do resultado do exercício, após as necessárias amortizações e provisões, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para pagamento do imposto sobre a renda. Parágrafo único – O prejuízo do exercício será absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem. **Art. 7º**. O lucro líquido será o saldo que remanescer, e, após as deduções de que trata o Artigo 6º, e terá a seguinte destinação, na ordem que segue: a) 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais; c) O saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral Ordinária. **Art. 8º**. Poderão ser levantados balanços parciais, sempre que preciso ou necessário. **Art. 9º**. O Conselho de Administração, baseando-se em um balanço parcial, poderá antecipar e distribuir dividendos antes do encerramento do exercício social, "ad-referendum" da Assembleia Geral Ordinária, observada a disposição contida no § 1º, primeiro, do art. 204 da Lei nº 6.404. **Art. 10º**. Os dividendos não reclamados decorridos 3 (três) anos prescrevem em favor da sociedade, contado o prazo a partir da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas. **CAPÍTULO VII – Da Assembleia Geral** – **Art. 11**. Realizar-se-á na Sede da Sociedade, em um dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, para: a)tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço geral do exercício encerrado e respectivas demonstrações financeiras; b) deliberar sobre a destinação do saldo de lucros líquidos do exercício e a distribuição de dividendos; c)eleger os membros do Conselho de Administração e fixar as suas remunerações, quando for o caso, e eleger os membros do Conselho Fiscal, quando requerido, na forma prevista neste estatuto. **Art. 12**. Os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral Extraordinária quando convocados pelo Conselho de Administração, ou nos casos previstos na legislação em vigor, sempre que necessário. **Art. 13**. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, o qual escolherá um dos presentes para secretariar os trabalhos, e as deliberações tomadas obrigarão a todos os acionistas, inclusive os ausentes. **CAPÍTULO VIII – Disposições Gerais** – **Art. 14**. Os dividendos postos à disposição não farão jus a quaisquer juros. **Art. 15**. A sociedade não assinará documentos de favor; não avalizará ou prestará fiança, a qualquer título, nem mesmo para os administradores ou acionistas, a não ser nos casos previstos no Regimento Interno do Conselho de Administração, quando em seu próprio benefício e para atender seus objetivos estatutários. **CAPITULO IX – Da Liquidação** – **Art. 16**. A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar a modalidade de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período de liquidação.**3 a.)** Fica aprovada a redação consolidada do **Regimento Interno da Diretoria CAPÍTULO I :Disposições Gerais – Art.1º** A Diretoria da CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, na forma do Parágrafo Segundo do Artigo Terceiro do Estatuto Social é composta de um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo Financeiro, um Diretor Operacional, um Diretor Comercial e um Diretor de Relações Institucionais.§1º . No final de seus mandatos, os Diretores permanecerão em suas funções até que os novos Diretores tomem posse. § 2º . Os Diretores são desobrigados de penhor ou caução de ações. § 3º. Os Diretores eleitos serão empossados na reunião do Conselho de Administração que os eleger, mediante assinatura na respectiva Ata. § 4º. No caso de vacância ou impedimento definitivo de Diretor, o Conselho de Administração elegerá, imediatamente, o substituto que completará o prazo de gestão do substituído. § 5º. No de impedimento temporário de Diretor, o Presidente do Conselho de Administração designará, dentre os membros do Conselho, aquele que acumulará, provisoriamente, as funções do impedido. § 6º. Os Diretores receberão a remuneração que for fixada pelo Conselho de Administração. **CAPÍTULO II Atribuições e Poderes da Diretoria - Art. 2º** A representação da Sociedade, em juízo ou fora dele, cabe à Diretoria na forma estabelecida neste "Regimento Interno". **Art. 3º** Sem prejuízo das funções específicas de cada um, compete aos Diretores as práticas de todos os atos normais de gerência e administração. Parágrafo único – A Sociedade poderá ser representada, ativa e passivamente, por qualquer de seus Diretores, singularmente, em todas as suas relações econômicas, financeiras, jurídicas, públicas e particulares, perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, autoridades governamentais, repartições públicas, empresas públicas, autarquias administrativas, organismos paraestatais e quaisquer outros órgãos ou entidades públicas ou particulares, ressalvado, porém, o disposto no artigo 4º (quarto) deste "Regimento Interno". **Art. 4º** Serão obrigatórias as assinaturas de dois Diretores, nos seguintes documentos: cheques, contratos de financiamento em geral; contratos de leasing; contratos de fiança; notas promissórias, endossos em geral, com exceção de cheques para depósitos em contas correntes bancárias da Sociedade; alienação de bens do ativo permanente de valores superiores a 0,5% (meio por cento) do patrimônio líquido; movimentação de contas bancárias e procurações outorgadas em nome da Sociedade; § 1º. As procurações outorgadas em nome da Sociedade terão especificados obrigatoriamente os poderes conferidos e o prazo sem cláusula de substabelecimento, salvo quando outorgadas a profissionais habilitados para o foro em geral, com poderes da cláusula "ad-juditia et extra" ou para a defesa dos interesses da Sociedade em processos judiciais administrativos; § 2º. As procurações outorgadas em nome da Sociedade, que tratem de assunto técnico do seu objetivo social serão, obrigatoriamente, outorgadas a profissional devidamente habilitado e registrado no órgão fiscalizador da profissão; § 3º. Quaisquer atos praticados por Diretores ou procuradores da Sociedade que sejam estranhos aos objetivos e aos negócios sociais ou que estejam em desacordo com este "Regimento Interno", tais como endossos de favor e outras garantias de favor, são expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito, a não ser quando tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados pelo Conselho de Administração. **Art. 5º** Compete e é obrigação do Diretor Presidente: 1 – Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros e autoridades públicas em geral, observado o disposto no "Caput" do Artigo quarto deste "Regimento Interno";2 – Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;3 – Exercer qualquer outra função que lhe seja determinada pelo Conselho de Administração;4 – Apresentar ao Conselho de Administração os relatórios Semestral e anual da Diretoria e os balanços para publicação nas datas determinadas pelo Conselho de Administração;5 – Submeter Orçamentos, Planos, Programas e Políticas futuras ao Conselho de Administração, anualmente;6 – Orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos membros da diretoria , objetivando compatibilizar a atuação de todos no interesse da sociedade;7 – Manter o Conselho de Administração rotineiramente informado sobre as atividades da Sociedade e o andamento de suas operações;8 – Estimular a responsabilidade social, ambiental e ética dentro da empresa; 9- Responder pela guarda dos bens patrimoniais da empresa sob sua responsabilidade e cumprir os procedimentos do sistema de gestão da empresa **Art.6º** Compete e é obrigação do Diretor Administrativo-Financeiro:1 – Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros e autoridades públicas em geral, observado o disposto no "caput" do artigo quarto deste Regimento Interno;2 – Propor a política econômico-financeira e administrativa da Sociedade e das coligadas;3 – Executar a política econômico-financeira da Sociedade, aprovada pelo Conselho de Administração;4 – Coordenar e dirigir a administração dos recursos humanos e treinamento de pessoal, respondendo ainda, pelas áreas de Medicina e Segurança do Trabalho;5 – Elaborar e administrar a Política de Informática da sociedade, propondo metas, programas e planejamento desta atividade;6 – Negociar contratos de financiamento ou outros instrumentos de crédito, acompanhando e controlando a execução dos mesmos;7 – Submeter à aprovação do Diretor Presidente quaisquer despesas que excedam ao orçamento em vigor; 8 - Estimular a responsabilidade social, ambiental e ética dentro da empresa; 9- Responder pela guarda dos bens patrimoniais da empresa sob sua responsabilidade e cumprir os procedimentos do sistema de gestão da empresa **Art. 7°** Compete e é obrigação do Diretor Operacional:1 – Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros e autoridades públicas em geral, observado o disposto no "caput" do artigo quarto deste Regimento Interno;2 - Cumprimento dos contratos de obras de acordo com suas cláusulas, principalmente aquelas referentes a prazo, qualidade, e de acordo com os custos e produtividades previstos, e cronograma físico-financeiro;3- Coordenar os trabalhos executados nas obras através de apoio técnico aos superintendes, engenheiros, responsáveis técnicos e demais funcionários das obras;4 – Planejamento global das obras, e de cada frente de trabalho estabelecendo cronogramas e dimensionamento de pessoal;5 – Orientar e acompanhar as atividades da oficina central em Belo Horizonte e nas obras, respondendo pelas políticas de manutenção, conserva e funcionamento dos equipamentos da Sociedade;6 – Estudar, programar e sugerir planos de investimentos e reposição de equipamentos e a alienação daqueles que não mais interessam à Sociedade;6 – Planejar, organizar e traçar os objetivos da gestão de suprimentos, dentro da maior eficiência e menor custo, aprimorando os métodos e processos de coletas e aquisição de materiais;7 – Orientar e controlar o patrimônio da Sociedade (Ativo Imobilizado) e também fiscaliza-lo;8 – Verificar sistemática e rotineiramente os índices de produtividade alcançados durante a execução dos serviços, comparando-os com as metas estabelecidas e apontando os desvios;9 – Submeter à aprovação do Diretor Presidente quaisquer despesas que excedam ao orçamento em vigor e os limites estabelecidos no sistema de gestão vigente;10 – A concepção e desenvolvimento de métodos de trabalho, pela pesquisa do mercado em relação a novos produtos, equipamentos e tecnologia, a fim de evoluir o desempenho e o desenvolvimento técnico da Sociedade;11 – Analisar e coletar dados para ampliar a participação da empresa no mercado, orientando a gestão comercial da Sociedade;12 – Efetivar a participação da empresa no mercado através da participação em concorrências, em conformidade com os objetivos e metas estabelecidos pelo Diretor Presidente;13 – Fazer cumprir o orçamento anual da empresa no que se refere às atividades de sua Diretoria;14 – Responsabilizar-se pela aplicação das políticas de Segurança, Qualidade, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional; 15 - Estimular a responsabilidade social, ambiental e ética dentro da empresa; 16- Responder pela guarda dos bens patrimoniais da empresa sob sua responsabilidade e cumprir os procedimentos do sistema de gestão da empresa. **Art.8º** Compete e é obrigação do Diretor Comercial: 1 – Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros e autoridades públicas em geral, observado o disposto no "caput" do artigo quarto deste Regimento Interno;2-Negociações, após definição do Diretor Presidente, junto aos clientes, dos contratos e propostas apresentados pela empresa;3-Manter contatos oficiais sobre novos investimentos, estudos de viabilidade, incentivos fiscais e programas de integração sócio-economicos;4-Análise, coleta de dados e pesquisas de mercado, visando ampliar a participação da empresa no mercado de trabalho, através da diversificação de serviços e clientes, e definição de estrutura comercial (pessoal e orçamento anual) para atendimento do planejamento estratégico da empresa;5-Manutenção de contatos com clientes, autoridades governamentais, entidades de classe e outras empresas ligadas aos setores onde a empresa atua ou pretende atuar;6-Manutenção de contatos com entidades de classe e empresas congêneres, visando as análises e conhecimentos dos problemas do setor de atuação da empresa;7-Submeter a aprovação do Diretor Presidente quaisquer despesas que excedam o orçamento de sua Diretoria;7- Responder pela guarda dos bens patrimoniais da empresa sob sua responsabilidade e cumprir os procedimentos do sistema de gestão da empresa; 8- Estimular a responsabilidade social, ambiental e ética dentro da empresa. **Art. 9º** Compete e é obrigação do Diretor de Relações Institucionais: 1- Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros e autoridades públicas em geral, observado o disposto no "caput" do artigo quarto deste Regimento Interno; 2- Fortalecer e consolidar a imagem da empresa diante do mercado; 3 – Identificar oportunidades e parcerias; 4 – Negociar interesses da sociedade mantendo relações estratégicas com autoridades governamentais, reguladores, associações de classe, e outros stakeholders, essenciais para o sucesso dos projetos de infraestrutura da empresa; 5 - Submeter a aprovação do Diretor Presidente quaisquer despesas que excedam o orçamento de sua Diretoria;6-Responder pela guarda dos bens patrimoniais da empresa sob sua responsabilidade e cumprir os procedimentos do sistema de gestão da empresa; 7- Estimular a responsabilidade social, ambiental e ética dentro da empresa. 8- Representar a empresa em associações de classe e outros fóruns relevantes, defendendo os interesses do setor de construção pesada. **4a.)** Fica aprovada a redação consolidada do **Regimento Interno do Conselho de Administração: CAPÍTULO 1 - Conceituação - Art. 1o**. O Conselho de Administração da Cimcop, é o órgão máximo de administração e controle dos interesses superiores da Sociedade e das empresas controladas ou coligadas. **CAPÍTULO II - Composição - Art. 2º.** O Conselho de Administração é composto de um Presidente e dois Vice-Presidentes, eleitos em Assembleia Geral, competindo ao Presidente designar, entre os mesmos, o seu substituto eventual. Os Conselheiros serão eleitos ou reeleitos em Assembleia Geral, com mandato de dois anos e exercerão suas funções de conformidade com as disposições legais, estatutárias e deste regimento. § 1º - Nas ausências, faltas ou impedimento, ao mesmo tempo, do Presidente e de seu substituto, a Presidência do Conselho será exercida, pela ordem: a) Pelo Conselheiro com mais tempo de exercício no Conselho e, se já membro da Sociedade, dela o mais antigo. b) Pelo Conselheiro mais idoso. § 2°.- Nas ausências, faltas ou impedimento temporário, exceto o impedimento legal, de qualquer Conselheiro, é permitida sua representação, por outro membro do Conselho, acompanhada de declaração expressa de voto, por carta, telegrama, telex ou fax, com antecedência mínima de vinte e quatro horas. **CAPÍTULO III - Competência - Art. 3°.** Além das atribuições legais e estatutárias, compete exclusivamente ao Conselho de Administração: 1. Aprovar as normas gerais da Administração dos negócios sociais; 2. Eleger e destituir Diretores, fixando-lhes as respectivas remunerações e aprovar o regimento interno da diretoria definindo suas atribuições e poderes. 3. Autorizar a Diretoria a prestar avais, fianças e outras garantias em nome e no interesse da Sociedade, na forma prevista no Estatuto Social; 4. Autorizar a contratação de empréstimos ou outros créditos em montante superior a 1,0% (um por cento) do Patrimônio Líquido, constante do último balanço; 5. Autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens constitutivos do ativo permanente de valor superior a 1,0% (um por cento) do Patrimônio Líquido, constante do último balanço; 6. Aprovar o orçamento anual da Sociedade, preparado pela Diretoria; 7. Aprovar os Relatórios das diretorias, balanços, os planos de trabalho e de investimentos, e programas de expansão da Sociedade, que serão obrigatoriamente elaborados pela Diretoria e entregues, semestralmente, ao Conselho de Administração. 8. Indicar, dentre os membros de sua Administração, aqueles que participarão da administração das sociedades coligadas ou controladas. **CAPÍTULO IV - Atribuições dos Conselheiros - Art. 4°.** Compete ao Presidente do Conselho de Administração: 1. Presidir as Assembleias Gerais da CIMCOP; 2. Presidir as reuniões do Conselho de Administração; 3. Adotar, "ad-referendum" do Conselho de Administração, decisões de competência deste e que, por sua urgência, imponham providências imediatas; 4. Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Conselho de Administração; 5. Substituir, ou indicar substituto dos Diretores, nos casos de impedimento ou vacância do cargo, "ad-referundum" do Conselho de Administração e respeitadas as disposições do art. 3° do Estatuto Social; 6- Promover o desenvolvimento sustentável da sociedade, com responsabilidade social e ambiental e ética **Art. 5°.** Aos demais conselheiros cabem as atribuições definidas em lei, no Estatuto, neste regimento e as demais que forem estabelecidas pelo Presidente, cabendo, também, a convocação do Conselho, que deverá ser formalizada com as assinaturas de dois conselheiros, no mínimo. **CAPÍTULO V - Reuniões do Conselho - Art. 6º**. O Conselho reunir-se-á: 1. Ordinariamente, trimestralmente e tantas vezes quantas forem necessárias, para análise e controle das atividades sociais globais; 2. Extraordinariamente, quando necessário, de conformidade com a Lei e estes estatutos. **Art. 7°.** O Conselho reunir-se-á com a presença mínima de dois componentes e as deliberações serão tomadas por maioria dos presentes, cabendo ao Presidente, além do seu voto, o de desempate. Parágrafo único - Será exigida a presença de todos os membros do Conselho de Administração nas seguintes deliberações: 1. Alteração, no todo ou em parte, do "Regimento Interno" da Diretoria; 2. Criação e participação da sociedade em novas empresas; 3. Alienação, no todo ou em parte, da participação no capital das empresas coligadas ou controladas; 4. Eleição da Diretoria. **Art. 8°.** As reuniões serão realizadas, normalmente, na sede da sociedade excepcionalmente, em qualquer outro local previamente estabelecido, sendo elaboradas atas e registrados os assuntos. **Art. 9°.** As deliberações, quando, de caráter decisório, deverão ser divulgadas aos interessados em instrumento próprio assinado pelo Presidente do Conselho.**5 a.)** Fica estabelecida a remuneração global do Conselho de Administração em R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); e da Diretoria em R$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais) a partir de agosto de 2024. **6 a.)** Concluídas as deliberações e como nada mais havia a tratar, a Sra. Presidente determinou que tomassem as providencias que se fizessem necessárias ao cabal cumprimento das disposições legais, dando eficácia e legalidade à presente Assembleia Geral Extraordinária. Após a lavratura e autenticação da presente Ata, a mesma deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e, posteriormente publicada para que se produzam os efeitos de direito. Belo Horizonte, 13 de agosto de 2024. Acionistas presentes e que assinaram o livro de atas de assembleia geral: Roberta Miraglia de Souza Martins; Roberta Miraglia de Souza Martins – P/P Ana Paula Miraglia Martins; Edmundo Mariano da Costa Lanna; Ronaldo José da Costa Lanna; Cristiana Maria Lanna Bicalho – P/P Condomínio Acionário VVL; Rosana Barbosa Miraglia; Marcelo Faria Gontijo Assunção; Maria Aparecida Miraglia Gontijo Assunção – P/P Condomínio Acionário MTM; Márcia Miraglia Firpe. Esta ata confere com a original. Assinaturas: ROBERTA MIRAGLIA DE SOUZA MARTINS – Presidente. EDMUNDO MARIANO DA COSTA LANNA – Secretário. Assina digitalmente o documento o Sr. Edmundo Mariano da Costa Lanna.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Certifico o registro sob o np 11926117 em 23/08/2024. Protocolo 245151532 – 21/08/2024. a) Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Vale deixa de ser "acéfala" com escolha de presidente, diz Silveira

MINERAÇÃO Ministro fez uma avaliação positiva da definição de Gustavo Pimenta para comandar a empresa

JULIANA SODRÉ

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse, ontem, em Brasília, que recebeu de forma positiva a escolha de Gustavo Pimenta para presidir a Vale. Ele afirmou que a empresa deixa de ser "acéfala" com a escolha do novo presidente e ganha uma referência.

Silveira é crítico ao modelo de *corporation* (termo em inglês usado para se referir a uma empresa cujo controle é disperso, sem um único dono que detenha mais de 50% do capital da companhia). Ele afirmou que o capital pulverizado e a ausência de um acionista de referência dificultam o diálogo com o governo e faz a empresa apresentar resultados abaixo do seu potencial.

"Não havendo um acionista de referência, as empresas têm menos resultados e mais dificuldade na relação necessária com o poder público, porque você não tem o poder decisório, e isso atrasa questões fundamentais para a sociedade, como o acordo de Mariana, no caso específico da Vale", disse.

Com posições críticas ao atual presidente da mineradora Eduardo Bartolomeo, a decisão encerrou um conturbado processo de sucessão, que ganhou contornos políticos com a pressão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para emplacar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega.

Para o ministro Alexandre Silveira, a escolha é também uma demonstração objetiva de transparência que foi tomada dentro da governança da própria empresa, de forma independente. "A escolha do seu CFO para dirigi-la demonstra, de forma inequívoca, a transparência, a lealdade e a alegria do Brasil em ter voltado a dialogar", disse.

Mariana - O ministro de Minas e Energia afirmou ainda que, pelo fato de o novo presidente da Vale ser mineiro, espera uma conduta mais ágil com relação ao acordo de Mariana, como em outras necessidades.

"Espero que ele tenha sensibilidade humana para entender as necessidades do acordo, e que tenha sensibilidade também de entender que a Vale é uma empresa com transversalidade internacional, com atuação muito forte no Canadá e em todo o mundo, mas que o brasileiro a tem como referência do setor mineral do País. Portanto, ela tem obrigações sociais muito relevantes com a nação brasileira. E nós seremos rigorosos nas cobranças dos interesses do povo brasileiro", comentou.

O nome de Gustavo Pimenta foi anunciado pela empresa na última segunda-feira (26). Ele atuava como vice-presidente Financeiro da mineradora, e assumirá o comando da empresa a partir de 1º de janeiro de 2025.

Pimenta foi escolhido após análise de uma lista de 15 nomes entregue pela consultoria internacional Russell Reynolds, contratada pela empresa para auxiliar no processo de sucessão.

Silveira afirmou que espera uma solução mais ágil para o acordo de Mariana FOTO: TAUAN ALENCAR / MME

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Setor registra queda no faturamento em julho

São Paulo - O faturamento da indústria de máquinas e equipamentos em julho caiu 2,2% sobre o mesmo período do ano passado, para R$ 24 bilhões, mas avançou 3,2% na relação com junho, informou, ontem, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

As exportações avançaram 14,2% na relação anual, enquanto as importações subiram 16,6%, informou a entidade.

Segundo a diretora-executiva de Economia e Estatística da Abimaq, Cristina Zanella, o resultado de exportações de julho foi o melhor para o mês desde o início da série histórica iniciada em 1999.

"Foi mais uma recuperação da desaceleração anterior, um represamento liberado no mês de julho. Vemos gradativamente uma melhora, mas voltando ao padrão, nada muito acima do ano passado", disse Zanella.

Segundo ela, a expectativa da entidade para o faturamento total do setor neste ano é de queda de 7%. Até o mês passado, a receita líquida total mostrava queda de 14,3% desde janeiro.

Considerando apenas as exportações, a previsão é de queda de 3,4% neste ano ante o recorde do ano passado. De janeiro a julho o setor acumula recuo de 5,7% nas vendas externas.

"Os números (do setor em julho) estão dentro das expectativas, de melhora no terceiro trimestre", afirmou Zanella.

O consumo aparente de máquinas, que leva em conta equipamentos produzidos no país e importados, teve alta de 5,1%, com a Abimaq citando uma tendência de recuperação observada desde início do segundo trimestre deste ano.

O setor encerrou julho utilizando 76,1% da sua capacidade instalada, valor 0,3 ponto percentual acima de junho e 1,1 ponto acima do resultado de um ano antes. **(Reuters)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Edital Comarca De Pará De Minas MG – 2ª Vara Cível – Edital De Citação Com Prazo De 20 (Vinte) Dias – O Dr. Thomas Ferreira Espeschit Arantes, MM º Juiz de Direito na 2ª Vara Cível, desta Comarca, no exercício do cargo, na forma da Lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente Rômulo Carvalho Lopes inscrito sob o CPF nº109.823.756-03, atualmente em lugar incerto e não sabido, que Banco Pan S.A. move contra ele Ação de Execução por Quantia Certa, pelos fundamentos da petição inicial, conforme processo nº 5009615-02.2021.8.13.0471, pelo presente edital, fica o executado Citado para efetuar o pagamento da quantia de R$ 21.152,01 (vinte e um mil, cento e cinquenta e dois reais e um centavo), referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas iniciais No Prazo De 03 (Três) Dias. Se não for efetuado o pagamento no prazo designado ou não apresentado Embargos, serão Penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da dívida, lavrando-se o respectivo auto. Advertência: 1) No caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade; 2) O(A) executado(a), independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos da 1ª via do presente mandado; 3) O(A) executado(a) tem direito de parcelar o débito em até 06 (seis) vezes na forma do artigo 916 do CPC. Fica Advertido Também De Que Será Nomeado Curador Especial Em Caso De Revelia. E, para que, não alegue ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Pará de Minas, aos 31 de Julho de 2024. K-28e29/08

Edital Processo Nº: 5013211-11.2021.8.13.0433 Classe: [Cível] Monitória (40) Posto D'angelis LTDA CPF: 23.174.519/0001-91 Edivander De Jesus Pereira 11634982622 CPF: 30.588.318/0001-04 Comarca De Montes Claros/MG – Secretaria Do Juízo Da Terceira Vara Cível – Edital De Citação com prazo de 30 (trinta) dias. – O Exmo. Sr. Dr. Eduardo Ferreira Costa, MM. Juiz de Direito da Terceira Vara Cível da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. Faz Saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros/MG, processam os termos e atos da AÇÃO DE MONITÓRIA requerida por Posto D'angelis LTDA , inscrita no CNPJ/MF nº 23.174.519/0001-91, contra Edivander De Jesus Pereira, inscrita no CNPJ nº 30.588.318/0001-04 , Processo número 5013211-11.2021.8.13.0433 e por meio deste Cita o requerido Edivander De Jesus Pereira , com endereço em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de quinze (15) dias, efetuar o pagamento da importância de R$3.153,15(três mil , cento e cinquenta e três reais e quinze centavos) mais os acréscimos legais, ou, querendo, opor embargos no mesmo prazo, sob as penas da Lei. Fica esclarecido que não havendo manifestação da parte requerida, será nomeado Curador para representá-la nos autos. E, para que não se alegue ignorância, o MM. Juiz mandou expedir o presente edital, na forma da lei, que será publicado pelos órgãos competentes e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais,Eu, (Filomena Corrêa Oliveira Silveira) – Oficial Apoio Judicial da Secretaria da Terceira Vara Cível, o digitei. Luciana A. Martins Lafetá, o conferi. Bel. Eduardo Ferreira Costa - Juiz de Direito da 3ª Vara Cível. 22/08/2024 17:30:36.. K-29e30/08

CLUBE MINEIRO DE CAÇADORES
FUNDADO EM 26 DE FEVEREIRO DE 1931 – CR- 894 – SFPC-4ªRM/4ª DE

PROCESSO ELEITORAL
COMUNICADO DE ABERTURA
ELEIÇÃO DA DIRETORIA BIÊNIO 2025/2026

Nos termos dos artigos 96 e seguintes do Estatuto do Clube, comunico a constituição da Comissão Eleitoral e, por consequência, a abertura do processo eleitoral destinado à escolha da diretoria do Clube para o biênio 2025/2026. A Comissão é composta por: ***- Presidente: André Von Bentzeen Rodrigues - Vice-Presidente: José Guilherme Costa Chaves - Membro: André Luiz Paio***. As candidaturas deverão ser apresentadas por "chapas" e deverão ser remetidas à Comissão Eleitoral até o dia 10 de setembro deste ano de 2024, mediante envido de mensagem eletrônica para gerencia@cmcbh.com.br ou protocolização de requerimento em duas vias perante a Secretaria do Clube, que dará recibo. Este comunicado deverá ser remetido a todos os sócios proprietários mediante mensagem eletrônica endereçada aos e-mails cadastrados na Secretaria do Clube, afixada no Quadro Geral de Aviso do Clube e publicada por três vezes, com intervalos de 03 (três) dias em jornal de grande circulação.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2024
Gustavo Alberto Rocha Azevedo Branco
Presidente do Conselho Deliberativo
Clube Mineiro de Caçadores

Edital de Citação. Comarca de Belo Horizonte/MG. Prazo de 20 dias. A Dra. Cláudia Aparecida Coimbra Alves, MM Juíza de Direito da 11ª Vara Cível, na forma da Lei. Etc Faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tramita os autos da AÇÃO MONITÓRIA Processo eletrônico: 5041307.75.2016.8.13.0024, proposta por Banco Santander S.A, CNPJ: 90.400.888/0001-42 em face de Elvis da Silva Gomes, CPF: 022.660.156-05, Ferraz Representação Comercial Ltda ME, CNPJ: 16.899.798/0001-95 e João da Silva Gomes, CPF: 708.950.984-23. Sendo alegado pela autora que, os réus firmaram a Cédula de Crédito Bancário – Conta Corrente Garantida nº 290000002860 (Operação nº 3477000002860290153) – Pessoa Jurídica – em 03 de setembro de 2015, no valor principal de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Como garantia, foi concedido o aval dos réus ELVIS DA SILVA GOMES e JOAO DA SILVA GOMES validando referidas garantias pessoais. Os réus não arcaram com o pagamento integral dos valores debitados de sua conta, de modo que desde 09 de novembro de 2015 em decorrência da movimentação financeira o saldo devedor perfez a quantia de R$ 142.401,17 (cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e um reais e dezessete centavos Caracterizado o inadimplemento e os encargos que lhe são inerentes, o débito atualizado até a data de 18/03/2016 equivale a R$ 145.249,19 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos). E, estando os réus em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente Edital de Citação a fim de que promovam o pagamento, a entrega de coisa ou a execução de obrigação de fazer- não fazer, no prazo de 15 dias, conforme pedidos constantes da inicial. Caso os réus cumpram, ficarão isentos do pagamento das custas processuais. No mesmo prazo, os réus poderão oferecer embargos e, não havendo o cumprimento da obrigação ou oferecimento dos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do artigo 701 e seguintes, do CPC. Para conhecimento de todos os interessados o presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Belo Horizonte, 11/06/2024. K-28e29/08

EDITAL DE CITAÇÃO. SECRETARIA DA **36ª VARA CÍVEL - COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG**. Prazo de 30 (trinta) dias - Edital de Citação de **JANE MARIA SILVA**, CPF: 936.345.016-34, que se encontra em lugar incerto e não sabido. O Dr. Alexandre C. Bandeira, Juiz de Direito Auxiliar, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc., faz saber que tramita por este Juízo e Secretaria da 36ª Vara Cível, Execução de Título Extrajudicial, autos n.º **5103291-55.2019.8.13.0024**, ajuizada por **SOCIEDADE DE ENSINO E BENEFICÊNCIA**, CNPJ: 57.036.030/0003-37 em face de **JANE MARIA SILVA**, CPF: 936.345.016-34. A ação foi distribuída em 11/07/2019, objetivando o pagamento do contrato de serviços educacionais celebrado entre as partes. Considerando que a executada JANE MARIA SILVA, brasileira, gerente financeiro, filha de Maria Lavarini Silva, inscrita no CPF sob o nº 936.345.016-34, não foi encontrada para citação pessoal, é o presente edital para citá-la, para todos os termos da ação, bem como para, nos termos do art. 829 do CPC, NO PRAZO DE (3) TRÊS DIAS, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 20.150,12 (vinte mil, cento e cinquenta reais e doze centavos), mais acréscimos legais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, nos termos do artigo 827 do CPC, que poderão ser reduzidos pela metade, caso o pagamento integral seja efetuado em até três dias (art. 827, § 1º), BEM COMO para, caso queira, oferecer EMBARGOS NO PRAZO DE (15) QUINZE DIAS. Cientificando-a, ainda, que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas processuais e honorários de advogado fixados acima, poderá a executada requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 916). Fica a executada advertida que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. Fica ainda a executada ciente, de que no caso de revelia, ser-lhe-á nomeado curador especial, conforme art. 257, IV, do CPC. E, para que ninguém alegue ignorância, por ordem deste Juízo, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no local de costume e na forma da lei. Belo Horizonte.

Semear Participações S. A.
CNPJ 02.196.709/0001-30
NIRE 31.3.0001271-9

COMUNICADO DE EXTRAVIO DE LIVROS SOCIETÁRIOS

A SEMEAR PARTICIPAÇÕES S.A ("SEMEAR"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 02.196.709/0001-30, com sede na Av. Afonso Pena, n. 3577, 8º andar, bairro Serra, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-008, **COMUNICA** o extravio do (i) Livro de Registro de Ações Ordinárias Nominativas e do (ii) Livro de Transferência de Ações Ordinárias Nominativas. Diante disso, a SEMEAR irá providenciar novos livros, com o registro das informações societárias.
Belo Horizonte/MG, 28 de agosto de 2024.
SEMEAR PARTICIPAÇÕES S.A
Alexandre Luiz Silva Azevedo
Presidente
Márcio José Siqueira de Azevedo
Vice-Presidente

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
Companhia Aberta
CNPJ/ME 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0

FATO RELEVANTE

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS ("Usiminas"), em atendimento ao disposto no Art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração aprovou ontem, dia 27 de agosto de 2024, a 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, da Usiminas ("Debêntures"), para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, bem como das demais disposições legais e regulamentares, em montante total de, inicialmente, R$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), na respectiva data de emissão ("Valor Inicial da Emissão" e "Oferta", respectivamente). O Valor Inicial da Emissão poderá ser aumentado em até 25% (vinte e cinco por cento), caso haja exercício, total ou parcial, da opção de lote adicional, nos termos do Art. 50 da Resolução CVM 160, de acordo com a demanda verificada no procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*"). Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, no âmbito da Oferta. Os recursos obtidos pela Usiminas por meio da Oferta serão utilizados para refinanciamento de compromissos financeiros da Companhia (*liability management*). As condições e os prazos da Oferta serão divulgados na ata da referida Reunião do Conselho de Administração, a qual será disponibilizada no site da CVM (http://www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), bem como no site da Usiminas (https://ri.usiminas.com), nos termos da legislação aplicável. O presente material tem caráter exclusivamente informativo, nos termos da legislação em vigor, e não deve ser interpretado ou considerado, para todos os fins e efeitos legais, como um material de venda das Debêntures e/ou de divulgação da Oferta.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2024.
Thiago da Fonseca Rodrigues
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Santander — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE** — FRAZÃO Leilões
1º LEILÃO: 16 de setembro de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 18 de setembro de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 001023303, firmado em 29/10/2021 e rerratificado em 21/01/2022, com os **Fiduciantes MARCIO SOARES MACHADO,** maior, inscrito no CPF nº 063.528.546-05 e **RENATA SUELY CARRILHO SOARES**, maior, inscrita no CPF nº 101.736.406-05, no dia 16/09/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 284.073,65 (duzentos e oitenta e quatro mil setenta e três reais e sessenta e cinco centavos)**, o imóvel matriculado sob nº **50.425 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Frutal/MG,** constituído por "Uma casa residencial, com área construída de 64,50m², localizada na Rua Araguari nº 970, na cidade de Planura/MG, da Comarca de Frutal/MG (Av.01) e seu respectivo terreno urbano, contendo área total de 137,00m², (6,85 x 20,00), composto do lote nº 42-B, da quadra nº 41, localizado na Rua Araguari, no bairro Vila Olímpica, na cidade de Planura/MG, da Comarca de Frutal/MG, com as seguintes medidas e confrontações: Pela frente 6,85m com a Rua Araguari, pelo lado direito (de quem olha do fundo do lote para a Rua) 20,00m com o lote nº 42-C; pelos fundos 6,85m com o lote nº 41; e finalmente pelo lado esquerdo 20,00m, sendo 10,00m com o lote nº 42 e 10,00m com o lote 24-A". **Cadastro Municipal:** 7073 (R.02). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.06 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel ocupado. ÔNUS: Consta ação judicial, processos nº 5006110-16.2024.8.13.0271.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 18/09/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 112.540,64 (cento e doze mil quinhentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.22405_OL_2837-05).

COMARCA DE CONTAGEM - SECRETARIA DA 5ª VARA CÍVEL - EDITAL DE CITAÇÃO - **PRAZO DE TRINTA DIAS**. A Dra. Ivana Fernandes Vieira, Juíza de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Contagem/MG, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que por este juízo e respectiva Secretaria tramita os termos de uma ação BUSCA E APREENSÃO - Processo nº 0325356-24.2012.8.13.0079, requerida por BANCO ITAU VEICULOS S.A. CPF: 61.190.658/0001-06, representada pela procuradora CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI , OAB/SP 248970 em face de ESIO ANTONIO DA COSTA CPF: 638.992.996-04. E, constando nos respectivos autos que o **réu ESIO ANTONIO DA COSTA CPF: 638.992.996-04**, se encontra em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o fim de **citá-lo,** para, querendo, contestar a presente ação, **no prazo de 15 (quinze) dias**, e não o fazendo será considerado revel, sendo-lhe nomeado curador especial e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos narrados pelo autor (ART. 344 E 257 do NCPC). Valor da causa R$ 18.500,00(dezoito mil e quinhentos reais). E, para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e fixado na forma da Lei. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de comarca de Contagem, aos 06 de agosto de 2024. Eu, Lilian Mamede Costa, Escrivã Judicial, o digitei.

AVISO DE LICITAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 189 / **Ano:** 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.2481.0059582/2024-46
Objeto: Prestação de serviços de fornecimento e instalação de planos de cortes de MDF/laminados com o devido acabamento e ferragens.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 13/09/2024.**
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 13/09/2024.**
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 28 de agosto de 2024.
Catarina Natalino Calixto
Coordenadora da Diretoria de Gestão de Compras e Licitações

03 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FISICULTURISMO WBBF7

O **Presidente da CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FISICULTURISMO WBBF,** pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 48.606.098/0001-07, com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 4859, Santa Lúcia, Belo Horizonte, MG, CEP 30.360-663,representada por seu presidente, Wander José Pereira, brasileiro, professor, casado, CPF 924.818.416-20, residente e domiciliado na Rua Batista Santiago, nº 103, casa 3, bairro Liberdade, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31.270-230, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 50, inciso V, do Estatuto da entidade, convoca as Federações filiadas e todos os membros da Comissão de Atletas da para a Assembleia Geral Extraordinária da **CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FISICULTURISMO WBBF,** pessoa, a ser realizada no dia 03 de setembro de 2024, em primeira convocação às 16h00 e, em segunda e última convocação, se necessário, às 16:30 horas. A Assembleia Geral Extraordinária ocorrerá de forma telepresencial, por meio da plataforma Google Meet, com link de acesso e instruções que serão oportunamente disponibilizados pela secretaria por e-mail às entidades filiadas e aos membros da Comissão de Atletas. A Assembleia será realizada em conformidade com as disposições do Estatuto da Confederação Brasileira de Musculação e Fisiculturismo (CBMF) e terá a seguinte ordem do dia: **1. Eleição de Presidente, 2 Vice-Presidentes e Conselho Fiscal; 2. Eleição do Colegiado de Atletas; 3. Votação para alteração do Estatuto, nos seguintes artigos: 3.1. Alteração do artigo 1º para alteração da nomenclatura;3.2. Alteração do artigo 7º, alínea "b", que atualmente estabelece:** *"eleger, por votação e dar posse na Assembleia Geral, a que se refere a alínea 'a', o Presidente e o Vice-Presidente da CBMF, Tribunal de Justiça Desportiva e o Conselho Fiscal, com mandato de 5 (cinco) anos, podendo haver aclamação quando houver uma única chapa, bem como não havendo limitação a reeleições sucessivas, para que altera o mandato para até quatro anos, permitida uma única recondução."* Para a seguinte redação:*"eleger, por votação e dar posse na Assembleia Geral, a que se refere a alínea 'a', o Presidente e o Vice-Presidente da CBMF, Tribunal de Justiça Desportiva e o Conselho Fiscal, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução."***4. mudança do endereço da sede: a sede mudará de endereço e todas as atividades passarão a ser exercidas na rua Joao Arantes, 451 - União - 31170-240 - Belo Horizonte – MG. 5. Alteração da nomenclatura e razão social para CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MUSCULAÇÃO E FISICULTURISMO, cuja sigla e nome fantasia será CBMF. 6. Assuntos gerais.** **OBSERVAÇÕES:** 1. Para estar apta ao voto, as Federações filiadas deverão cumprir os requisitos constantes do artigo 35, sendo garantido o benefício do artigo 24, §2º, ambos do Estatuto vigente. 2. Terão direito a voto na Assembleia Geral Extraordinária também todos os membros da Comissão de Atletas (relação anexa). 3. As Federações filiadas devem ser representadas por seus Presidentes ou procuradores. 4. A participação dos atletas é pessoal e intransferível, não sendo admitida a outorga de procuração para representação. 5. A votação será aberta, conforme previsto no Regulamento Eleitoral, assegurando-se aos candidatos o direito de acompanhar o pleito e a apuração dos votos. 6. A candidatura a membro do Conselho Fiscal da CBMF será individual e deverá ser protocolada diretamente pelo(a) candidato(a) junto à Secretaria da CBMF, por e-mail ou fisicamente, conforme o artigo 7º do Regimento Eleitoral. 7. O prazo para submissão de candidaturas se inicia às 00h01 do dia 23 de agosto de 2024 e se encerra às 23h59 do dia 27 de agosto de 2024. Os candidatos deverão apresentar todos os documentos listados no artigo 9º do Regulamento Eleitoral. 8. 30% dos cargos de direção serão destinados a mulheres, conforme disposto no art. 36, inciso IX, da LGE.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2024
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MUSCULAÇÃO E FISICULTURISMO (CBMF)

Santander — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE** — FRAZÃO Leilões
1º LEILÃO: 11 de setembro de 2024, às 15h00min *.
2º LEILÃO: 13 de setembro de 2024, às 15h00min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 0010201746, firmada em 22/02/2021, com os **Fiduciantes WANDERSON MARTINS DE SANTANA,** maior, inscrito no CPF nº 795.011.506-82 e **ANGELA MARIA GABRIEL DE SANTANA**, maior, inscrita no CPF nº 027.202.186-50, no dia 11/09/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 548.497,97** (quinhentos e quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos), o imóvel matriculado sob nº **25.224 do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Ponte Nova/MG,** constituído por "Apartamento nº 201, localizado no Edifício "José Pinto de Castro", situado na Rua Nair Augusta Pires, nº 205, bairro Vila Oliveira, na cidade de Ponte Nova/MG, com área construída de 151,87m², área privativa 117,37m²; área comum de 5,33m²; área de garagem 29,17m², e fração ideal de 0,50000 do respectivo terreno que mede 10,00m de frente e fundos; por 15,00m pelos lados, dividindo e confrontando pela frente com a referida via pública, pelos fundos com a área um, pelo lado direito com a área um, e pelo lado esquerdo com terreno de Vicente Ventura". **Cadastro Municipal:** 01.02.011.0285.002. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.05 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 13/09/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 421.700,78** (quatrocentos e vinte e um mil setecentos reais e setenta e oito centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.22566_SC_2886-03).

AVISO DE LICITAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 224/ Ano: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.2481.0028770/2024-98
Objeto: Prestação de serviço de seguro patrimonial para os imóveis que compõem o patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça, bem como as instalações e conteúdos alocados nos referidos imóveis, conforme especificações constantes do Termo de Referência.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 16/09/2024.**
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 16/09/2024.**
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 28 de agosto de 2024.
Catarina Natalino Calixto
Diretora de Gestão de Compras e Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 208 / **Ano:** 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.2481.0048930/2024-45
Objeto: Fornecimento de climatizadores de ar; fornecimento, instalação e desinstalação de condicionadores de ar, com fornecimento de mão de obra e materiais, em edificações ocupadas pelo MPMG.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 13/09/2024.**
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 13/09/2024.**
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 28 de agosto de 2024.
Catarina Natalino Calixto
Diretora de Gestão de Compras e Licitações

Santander — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — SOLD LEILÕES
1º LEILÃO: 13 de setembro de 2024, a partir das 09h40min
2º LEILÃO: 16 de setembro de 2024, a partir das 13h40min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, com eficácia de Escritura Pública, nº 073323230010776, firmado em 17/09/2018, com o(s) **Fiduciante(s) WANDERLEY BARBOSA MARTINS/CASSIA APARECIDA DA SILVA MARTINS/BRUNA DA SILVA MARTINS**, maiores, inscrito no CPF n° 791.873.586-20/980.746.876-00/110.901.376-05, no dia **13 de setembro de 2024, a partir das 09h40min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 431.791,19 (Quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e noventa e um reais e dezenove centavos)**, o imóvel matriculado sob n° 31.863 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Sete Lagoas/MG, constituído pela Casa residencial situada na Rua Fortuna de Minas, nº 497, no Bairro Santa Rosa, em Sete Lagoas/MG, com área de terreno de 300,00m² e área construída de 76,84m². Cadastro Municipal: 0317010190318001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **16 de setembro de 2024, a partir das 13h40min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 261.810,17 (Duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e dez reais e dezessete centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22552).

Estado e União selam acordo

DÍVIDA Em dia de julgamento sobre o débito no Supremo, o governo mineiro e a AGU anunciaram a conciliação

MARCO AURÉLIO NEVES

O governo de Minas Gerais e a União chegaram a um acordo sobre o pagamento da dívida do Estado com a União. O tema chegou a ser julgado ontem no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que referendou as medidas cautelares que prorrogaram o prazo de vencimento dos débitos.

Ontem foi um dia decisivo para Minas, uma vez que era o prazo final para uma definição sobre o pagamento da dívida, hoje, estimada em R$ 165 bilhões.

Em petição conjunta horas antes do julgamento no STF, a Advocacia Geral do Estado (AGE) e a Advocacia Geral da União (AGU) solicitaram ao Supremo que avalize a conciliação e a consequente extinção do processo sobre o mérito dos pedidos de prorrogação da dívida.

A conciliação não foi analisada no julgamento em Plenário, mas será avaliada pelo ministro Nunes Marques, relator do caso.

A AGU e o AGE requereram ao STF que o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) de Minas Gerais seja considerado como se estivesse homologado desde o 1º de agosto, com a consequente efetivação dos pagamentos em 1º de outubro.

No acordo, União e Estado pedem para que Minas Gerais não seja excluído das condições do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e apontam esse não desenquadramento do Estado como solução intermediária e provisória possível, ainda que o governo estadual não tenha o ingresso aprovado no RRF, desde que acompanhado da retomada do pagamento.

"As partes concordam, ainda, que para essa retomada do pagamento é necessária decisão judicial que permita a emissão dos instrumentos contratuais para a consolidação dos valores pela União, viabilizando a efetivação dos pagamentos das parcelas da dívida pelo Estado de Minas Gerais", afirmam na petição.

> **"Minas paga parcelas mensais de aproximadamente R$ 200 milhões da dívida (com a União), totalizando R$ 6,7 bilhões pagos até o momento"**

A petição também pede a abertura de mesa de conciliação e sugere que o primeiro encontro seja realizado ao menos dois meses após a efetivação dos pagamentos das parcelas da dívida do Estado como se estivesse no RRF.

A mesa deverá ser composta pela AGU, AGE e o Ministério da Fazenda, com participação facultativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e do Congresso Nacional.

De acordo com informações do governo estadual, atualmente, Minas paga parcelas mensais de aproximadamente R$ 200 milhões da dívida, totalizando R$ 6,7 bilhões pagos até o momento. Com o acordo, Minas vai pagar mais R$ 1 bilhão ao governo federal até o fim de 2024. Sem a conciliação, este montante chegaria a R$ 8 bilhões neste ano.

ALMG - Diante do acordo entre o Estado e a União, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) adiou as reuniões extraordinárias que havia agendado para votação em plenário, em segundo turno, do Projeto de Lei (PL) 1202/2019, de autoria do governo estadual, que permite ao Estado aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

O RRF é considerado pelos parlamentares como a última opção do Estado. A ALMG tem procurado ganhar tempo na esperança da aprovação, no Congresso Nacional, do Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag), de autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD), visto pelos deputados como o melhor caminho para solucionar a dívida de Minas Gerais com a União.

O Senado aprovou o Propag há duas semanas e o texto seguiu para a Câmara dos Deputados, mas ainda não tem previsão para ser votado na Casa, que está focada na regulamentação da reforma tributária.

Nas redes sociais, o presidente da ALMG, Tadeu Martins Leite (MDB), disse esperar pela aprovação do Propag durante o prazo de negociação proposto no acordo entre Minas e União.

"Esperamos que nesse período o Propag, que é uma alternativa muito mais eficaz e menos danosa que o RRF, possa se viabilizar. Assim, poderemos construir uma solução definitiva ao endividamento do Estado", afirmou.

Governo deve pagar R$ 1 bilhão para o governo federal neste ano com a homologação do acordo FOTO: GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

Zema decreta teto de gastos

O governador Romeu Zema (Novo) decretou o teto de gastos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para o Estado ontem (28), em edição extra do Diário Oficial, após o acordo entre o governo estadual e federal para o pagamento da dívida de Minas Gerais com a União. Agora, o crescimento anual das despesas primárias do Orçamento Fiscal do Estado fica limitado à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Na petição conjunta apresentada ontem, Estado e União requerem autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) para a União emitir o aditivo e o contrato que serão assinados em decorrência do acordo, mediante envio do valor consolidado da parcela da dívida, "com o compromisso do ente federado ao cumprimento de todas as obrigações e fiscalizações do Regime de Recuperação Fiscal".

Ainda hoje, durante julgamento no Plenário do STF sobre os pedidos de prorrogação do prazo de pagamento da dívida mineira, o advogado-geral do Estado, Sérgio de Paula Castro, declarou que o acordo entre Minas Gerais e União contempla a imposição das restrições do RRF ao Estado.

Vale lembrar que o projeto de lei complementar (PLC) do teto de gastos, um dos requisitos do RRF, ainda não foi votado em 1º turno no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

O teto de gastos foi separado do Projeto de Lei (PL) 1202/2019, de autoria do governo estadual, que permite Minas Gerais aderir ao RRF. O PL do RRF foi aprovado na ALMG em 1º turno e ainda não foi votado em 2º turno. Já o PLC do teto de gastos não conta com a mesma adesão necessária para sua aprovação na casa.

Oposição - A deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT) afirma que os parlamentares foram surpreendidos pelo decreto de Zema e que a oposição do governo na ALMG apresentou, ontem, um projeto de resolução para revogar o decreto.

"Representa uma ilegalidade. O governo Zema não tem votos para aprovar o PLC do teto de gastos na Assembleia Legislativa. Aí fez por canetada", disse. "A homologação da adesão ao RRF não isenta o Estado de aprovar as medidas necessárias. A legislação federal do RRF existe legislação específica de teto de gastos. Não pode ser por decreto", completou. **(MAN)**

G20

Empresários apresentam propostas para Lula

Brasília - Empresários do grupo chamado B20 entregaram para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ontem, um conjunto de propostas e sugestões para serem incorporadas nas discussões do G20 - fórum atualmente presidido pelo Brasil.

A lista entregue para Lula contém 24 recomendações, em áreas como finanças e infraestrutura, transição energética e clima, sistemas alimentares sustentáveis e agricultura, comércio e investimento, e mulheres e inclusão. Segundo representantes do grupo do setor privado, as propostas foram bem recebidas por Lula e sua equipe.

Ontem, empresários também assinaram um manifesto pedindo união para enfrentar as mudanças climáticas. A declaração, que tem a assinatura de mais de 50 lideranças das maiores companhias do país, afirma o Brasil precisa acelerar e aprofundar a construção de diretrizes e metas de um plano nacional de descarbonização para ser levado à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém, em 2025.

"Hoje nosso objetivo foi entregar as recomendações que esses grupos [temáticos] consensuaram. As propostas foram muito bem recebidas. Existia, desde o início, esse nosso objetivo de que o B20 estivesse bem alinhado aos trabalhos do G20, então os objetivos de combate à fome e à pobreza, agenda de transição energética, estavam no coração dos trabalhos do B20", afirma Constanza Negri, sherpa (principal negociadora) do B20 Brasil.

Ela acrescenta que o grupo se preocupou em reduzir o número de recomendações, de forma a apresentar um foco maior em alguns temas.

"Agora fica o nosso foco de implementar parte dessas recomendações. São recomendações que, na verdade, já eram conhecidas, algumas, porque vinham sendo trabalhadas por diferentes grupos do G20. Então, acho que o trabalho ainda não terminou. As recomendações foram bem recebidas", afirma.

O B20 é um grupo que reúne mais de 1.200 representantes empresariais do setor privado, de 39 países e de 20 setores econômicos.

O fórum empresarial que dialoga com o G20 é liderado por Dan Ioschpe e conta com a participação de empresários como Ricardo Mussa (Raízen), Francisco Gomes Neto (Embraer), Gilberto Tomazoni (JBS), Paula Bellizia (AWS), Luciana Ribeiro (eB Capital), Walter Schalka (Suzano), Fernando de Rizzo (Tupy) e Claudia Sender.

Sob a presidência brasileira, foram elaboradas 24 recomendações ao longo dos últimos meses por forças-tarefas temáticas e pelo conselho de ação do B20 Brasil.

Algumas das prioridades do B20 foram apresentadas aos ministros de Finanças do G20, em julho, no Rio de Janeiro. Segundo Negri, um eixo levado pelo grupo de engajamento dos empresários foi o da mobilização de capital privado para alavancar financiamento público na área de transição verde.

Para destravar investimentos em prol do financiamento climático, o B20 propõe que, a cada US$ 1 investido pelo setor público, US$ 5 dólares sejam aplicados pelo setor privado.

Na ocasião, o grupo também defendeu a necessidade de facilitar o processo regulatório para incentivar a execução de projetos de infraestrutura no âmbito da transição verde e apresentou ainda um terceiro eixo ligado à agenda de inclusão financeira.

No documento consolidado, entre as medidas prioritárias da área de transição energética, o B20 defende elaborar políticas, regulações e incentivos para triplicar a capacidade energética renovável até 2030, expandir a infraestrutura das redes e acelerar a eletrificação.

Fala também em estabelecer mecanismos e iniciativas para explorar o potencial sustentável e a prontidão de bioenergia e biocombustíveis para descarbonização, além de expandir outras soluções de transição para uma economia sustentável de baixo carbono, como captura, uso e armazenamento de carbono, hidrogênio limpo e energia nuclear. **(Nathalia Garcia e Renato Machado/Folhapress)**

Agricultura e pecuária já têm perdas em Minas

INCÊNDIOS FLORESTAIS Na região de Passos, 3 mil hectares de lavouras foram queimados; fazendas já tiveram perda total de pastagens

MICHELLE VALVERDE

As altas temperaturas, aliadas ao longo período sem chuvas e aos ventos fortes de agosto, têm contribuído para uma maior incidência de incêndios nas áreas rurais de Minas Gerais e prejudicado a produção agrícola e pecuária. Um dos incêndios foi registrado em Passos, na região Sul do Estado. No município, entre as culturas atingidas, estão o milho segunda safra, a cana-de-açúcar e a pecuária de leite.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Passos, Elder Maia dos Reis, entre os dias 23 e 25 de agosto foram registrados dois grandes incêndios em áreas produtivas do município. Ao todo, foram queimados 3 mil hectares e 20 produtores atingidos. "Os incêndios atingiram duas áreas. No dia 23 pela manhã, o fogo começou na estrada da Julieira, na região da Boa Vista, e, no início da tarde, na região das Águas. A propagação foi muito rápida devido aos fortes ventos. Tivemos muita dificuldade de conter as chamas que duraram até domingo", esclareceu.

Na região de Passos, labaredas muito altas assustaram os produtores rurais FOTO: DIVULGAÇÃO / SIND. PRODUTORES RURAIS DE PASSOS

Ainda conforme Reis, os dois incêndios atingiram áreas de pastagem e currais, produção de cana-de-açúcar para fabricação de cachaça, uma área onde houve plantio recente de cana para açúcar e etanol, além de uma lavoura de milho segunda safra, que estava pronta para colheita.

"Foram 20 produtores prejudicados, sendo a maioria de médio porte. Das fazendas atingidas, três queimaram por inteiro com perda total de pastagem e curral. Outras três, de grande porte, tiveram cerca de metade da área queimada. Em algumas áreas, foi necessário retirar os animais e foram remanejadas cerca de 2 mil cabeças de gado de leite", lamentou.

Prejuízos - Em Passos, as perdas foram muitas e irão impactar os rendimentos dos produtores rurais. "Nas áreas de pastagens, os pecuaristas de leite terão que investir na recuperação do solo e reconstruir novamente os currais. A situação dos produtores fica complicada, já que a produção de leite vem enfrentando desafios".

Na cana para açúcar e etanol, o fogo atingiu uma área de plantio novo e o impacto será no desenvolvimento, que pode atrasar. Um dos produtores atingidos perdeu a lavoura de cana para a fabricação de cachaça, que era produzida conforme a demanda. Outro perdeu toda a lavoura de milho, que estava em colheita.

Conforme o presidente do sindicato, os incêndios na região têm sido favorecidos pelo tempo seco, falta de chuvas e ventos fortes, que ajudam a propagar os focos. Com o incidente, produtores da região estão se unindo para adotar medidas que contribuam para reduzir os riscos de incêndios e também para combatê-los com maior eficiência quando acontecer.

"Estamos em contato com vários órgãos públicos e, na semana que vem, vamos fazer uma reunião com o objetivo de criar uma patrulha, uma brigada para ter uma resposta mais rápida. Também vamos capacitar os funcionários, criar uma cartilha de prevenção aos incêndios", confirmou.

Sindicato confirma que lavouras de cana e milho foram perdidas em algumas fazendas FOTO: DIVULGAÇÃO / SIND. PRODUTORES RURAIS DE PASSOS

Faemg já atua pela segurança das famílias

Para conscientizar produtores e a população que vive na zona rural sobre os riscos das queimadas, o Sistema Faemg Senar divulgou uma cartilha com orientações para prevenção e dicas sobre o que fazer, caso os incêndios atinjam a propriedade rural. Segundo o analista de sustentabilidade da instituição, Guilherme Oliveira, estar preparado pode ajudar a resguardar os produtores rurais, evitando prejuízos financeiros e ao meio ambiente. A cartilha está disponível no site da Faemg (*faemg.org.br*).

Segundo o presidente da Comissão Técnica de Cana-de-açúcar da Faemg, Márcio Guapo, a situação é preocupante. "Estamos atuando para garantir a segurança dos produtores rurais, de suas famílias e das comunidades próximas aos locais atingidos. A comissão repudia qualquer ato criminoso que traz impactos devastadores para a economia e o meio ambiente", alertou, em publicação feita no site da entidade. **(Com informações Sistema Faemg Senar)**

Cultura de cana-de-açúcar é uma das mais prejudicadas

Os incêndios registrados no Estado têm atingido as áreas de cana-de-açúcar, cuja safra é iniciada em abril e concluída em novembro, permanecendo, assim, em campo durante o período mais seco do ano.

Conforme a Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig Bioenergia), o setor segue com "uma profunda preocupação com a situação". A entidade reitera que as ocorrências têm sido agravadas pela seca severa e condições climáticas desfavoráveis. "É importante citar que tanto usinas quanto produtores rurais são vítimas desses incêndios que têm ocorrido no interior, principalmente no Triângulo Mineiro. De fato, a cultura da cana-de-açúcar, por ser uma cultura que fica durante todo esse período mais seco no campo, é uma das mais impactadas", explicou o presidente da Siamig Bioenergia, Mário Campos.

Ainda segundo ele, o setor tem trabalhado em práticas de prevenção e preparando, na eventualidade de ter algum tipo de caso, todo o aparato importante para combate ao fogo: "Temos toda uma estrutura. Hoje, são quase 500 caminhões-pipas e equipamentos para apagar o fogo. Além disso, preparamos nossos colaboradores com treinamentos para que eles possam agir de duas formas, seja no próprio combate, seja para agir na evacuação da área e das comunidades, caso elas sejam atingidas".

Cana queimada - Campos ressalta que o setor de cana foi afetado pelos incêndios em Minas, mas que a situação é menos grave que a vista em São Paulo. "O setor foi afetado, mas não igual a São Paulo. A gente está vendo que São Paulo teve uma situação muito mais crítica. Ainda não temos um levantamento, mas isso vai impactar de alguma forma a produção de cana que ainda estava para ser colhida".

Conforme Campos, cerca de 35% da área de cana ainda não havia sido colhida, sendo uma parcela afetada pelo fogo. "A gente precisa fazer rapidamente a colheita dessa cana-de-açúcar, que nem estava pronta para a colheita. Mas, infelizmente, temos que antecipar e nesse processamento poderemos ter algum tipo de dificuldade, principalmente para fazer açúcar. É uma cana queimada e as usinas, hoje, não estão preparadas para receber essa cana queimada".

A estimativa é que haja impacto negativo na produção da safra atual assim como na safra do ano que vem, em função da seca que persiste há muitos meses na região. Segundo a Siamig, algumas áreas produtivas estão sem chuvas há 120, 150 dias.

"O clima seco, os fortes ventos, a baixa umidade, junto com as altas temperaturas, propiciaram os incêndios. Infelizmente, nós ainda convivemos com pessoas que provocam esses focos seja de forma proposital, seja de forma acidental. É por isso que fazemos grandes campanhas de conscientização. Estávamos indo bem até a semana passada, mas, infelizmente, todo esse contexto fez com que nós tivéssemos vários casos na região do Triângulo", lamentou. **(MV)**

ALMG

Política Queijo Minas Legal é aprovada

KLAUCIUS RICARDO*

O Projeto de Lei (PL) 1.801/23, que institui a Política Estadual Queijo Minas Legal, foi aprovado ontem (28), em segundo turno, em reunião extraordinária na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Com a aprovação em definitivo pelo plenário da Assembleia, o queijo artesanal mineiro fica mais próximo de ganhar nova regulamentação própria no Estado. Agora, a política segue para sanção do Executivo antes de entrar em vigor. O próximo passo é a redação final, e posteriormente, aprovação pelo governo estadual.

De autoria do deputado Raul Belém (Cidadania), o PL estabelece 12 metas para a política estadual da iguaria, entre elas ordenar os procedimentos necessários de inspeção, fiscalização e assistencial da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) e do Instituto Mineiro de Agropecuária (Ima).

A emenda nº 1, aprovada juntamente com o PL, inclui o fomento da regularização sanitária das queijarias mineiras e a obtenção do selo Arte, para identificação artesanal, de que trata a Lei Federal 1.283, de 1950, e do selo Queijo Artesanal, de que trata o Decreto Federal 11.099, de 2022. **(*Estagiário sob supervisão da edição. Com informações da ALMG)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

NEGÓCIOS

Farmax vai acelerar expansão com aporte de R$ 200 milhões

DESENVOLVIMENTO Empresa mineira terá dois novos sócios, os fundos Lazuli Partners e Vidya Capital

MICHELLE VALVERDE

A Farmax, uma das principais companhias do setor de beleza, saúde e bem-estar do Brasil, vai captar recursos de R$ 200 milhões com o ingresso de novos dois sócios - os fundos de investimento Lazuli Partners e Vidya Capital - nas operações. Com o acordo, que ainda depende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a estimativa é investir em pontos estratégicos e acelerar o crescimento da empresa, que pretende chegar a 2026 com R$ 1 bilhão de receita líquida.

Conforme o CEO da Farmax, Ronaldo Ribeiro, a expectativa é que a decisão do Cade aconteça entre setembro e outubro. Caso aprovada, o aporte de R$ 200 milhões, o maior da história da Farmax desde sua fundação, começará a ser aplicado.

"Nós já assinamos o acordo e agora esperamos a decisão do Cade para formalizar a parceria. É importante destacar que é um aporte bastante relevante para nós. O valor de R$ 200 milhões é o maior da nossa história. Estamos planejando alocar o valor em três pilares importantes e que serão fundamentais para acelerar o nosso crescimento".

O primeiro pilar é a aquisição de empresas, pilar este que deve receber o maior volume de recursos. Conforme Ribeiro, desde 2021, com a Vinci Partners adquirindo a Farmax, a empresa evoluiu na aquisição de empresas, comprando a Sanavita e a Negra Rosa.

"Acreditamos que uma boa parte desse investimento siga na aquisição de outras empresas. Atuamos, basicamente, em dois segmentos principais: o de beleza e bem-estar e também o de saúde, de suplementação nutricional. São setores que vamos buscar mais empresas para adquirir".

Ainda conforme o CEO, a prioridade da Farmax é adquirir empresas de alcance nacional, o que facilita a distribuição por todo o País. Hoje, os produtos da Farmax estão presentes em 95% das farmácias do Brasil.

Os investimentos também serão direcionados para o fortalecimento das marcas. Hoje, a Farmax tem 10 marcas e cerca de 450 produtos, incluindo, por exemplo, protetores solares, suplementação nutricional, beleza da mulher negra, entre outros.

"Para o fortalecimento das nossas marcas, continuaremos investindo em *marketing*, em *trade marketing* para que as marcas fiquem cada vez mais conhecidas".

Haverá ainda aportes na aquisição de tecnologias que irão ampliar a capacidade produtiva na unidade fabril de Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas, o que também pode acontecer na unidade de Piracicaba, em São Paulo.

"Vamos investir na aquisição de novas tecnologias, então será uma ampliação das fábricas não necessariamente pela construção civil, mas com tecnologias que ainda não usamos".

Plano de crescimento - O novo acordo, caso aprovado, será importante para acelerar o crescimento da Farmax, que já tem um planejamento robusto. A meta, sem contar com os novos sócios, é chegar a 2026 com uma receita líquida de R$ 1 bilhão.

"Até o fechamento da transação, continuamos com essa projeção. Com a chegada do novo aporte, vamos, sem dúvida, acelerar esse crescimento. Quando aprovado, devemos sentar e desenhar um novo plano estratégico".

Desde a entrada da Vinci, os resultados da Farmax vêm crescendo acima da média do mercado. "Estamos muito animados, 2024 tem sido um ano promissor e nossas marcas têm crescido acima do mercado. Para 2024, nossa expectativa é crescer mais de 25% sobre 2023. Assim, devemos ultrapassar a barreira de R$ 900 milhões de faturamento bruto".

Ribeiro: vamos alocar o valor em três pilares fundamentais para acelerar o nosso crescimento FOTO: DIVULGAÇÃO / FARMAX

"Expectativa é que a decisão do Cade aconteça entre setembro e outubro. Caso aprovada, o aporte - o maior da história da empresa - começará a ser aplicado"

Ronaldo Ribeiro

Para fortalecer as marcas, empresa manterá o investimento em marketing FOTO: DIVULGAÇÃO / FARMAX

INSTRUMENTOS DE PRECISÃO

Nansen tem meta agressiva para os negócios em 2024

A Nansen, sediada em Minas Gerais, acaba de completar 94 anos e tem grandes projeções. A meta é quadruplicar o volume de negócios até o final de 2024 ante 2023. Hoje, a empresa emprega mais de mil trabalhadores em suas unidades: Contagem (MG), Manaus (AM), São Paulo, Colômbia, Peru e México.

Ao longo dessa história, a Nansen se consolidou como umas das principais empresas de soluções tecnológicas para o mercado de energia. Atualmente, é reconhecida como uma empresa de tecnologia que provê soluções "fim a fim" a seus clientes. Englobando um vasto portfólio de produtos e *softwares* de gestão.

A planta em Manaus (AM) possui capacidade de produção de 7,8 milhões/ano de medidores de energia, volume esse que excede a demanda do mercado nacional. Neste segmento, possui vários projetos de medição inteligente (AMI - *Smart meters*) de alta volumetria já implantados e em operação globalmente.

Em meio à expansão constante do mercado de mobilidade elétrica no Brasil, a Nansen se destaca como um *player* importante no desenvolvimento e na oferta de soluções de carregamento para veículos elétricos. Dentro dessa projeção está prevista a inauguração de um centro técnico em São Paulo para o suporte das operações da empresa em todo País. Essa iniciativa faz parte de uma visão estratégica de longo prazo, que busca posicionar a empresa na vanguarda do setor, com uma infraestrutura robusta e preparada para atender às crescentes demandas do mercado.

A empresa também planeja para este ano a transferência da produção de carregadores para a sua fábrica em Manaus (AM). "Essa decisão reflete o compromisso da Nansen em fortalecer sua presença no mercado nacional, além de otimizar a cadeia de suprimentos e reduzir os custos logísticos. A fábrica de Manaus, reconhecida por sua capacidade tecnológica e eficiência produtiva, será fundamental para garantir que os carregadores atendam às necessidades locais com maior rapidez e flexibilidade", diz o gerente de unidade de negócios de mobilidade elétrica, Flávio Pimenta.

Mobilidade elétrica - Com *know-how* e processo constante de inovação - diferenciais frente à competitividade -, a Nansen avança, cada vez mais, no mercado de mobilidade elétrica de forma geral. Em São Paulo, na capital, a empresa atende múltiplas operações na área de transporte público. Em São José dos Campos (SP), a Nansen presta atendimento de recarga para veículos elétricos leves sobre pneus (VLPs) desde 2021. Já em Hortolândia (SP), a Nansen, vencedora do Pregão Eletrônico do programa de eletromobilidade, se prepara para fornecer até 50 carregadores DC que serão distribuídos em eletropontos pela cidade.

INOVAÇÃO EM PAUTA

JANAYNA BHERING

Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente conselho inovação e VP executiva na ACMinas

Congresso "Mulheres da Energia 2024": foco em sustentabilidade e inovação

No dia 26 de agosto de 2024, São Paulo recebeu a terceira edição do "Congresso Mulheres da Energia", um evento ousado que apresenta conteúdo riquíssimo e a participação de palestrantes 100% mulheres. Esta edição trouxe como temática central a "Sustentabilidade: coração da revolução energética". Reunindo profissionais, líderes do setor energético e representantes do governo, o congresso apresentou uma série de debates e apresentações voltados para o papel das mulheres na construção de um futuro energético mais sustentável e inovador, além do papel do Brasil na transição energética.

A palestra de abertura foi proferida por Solange Ribeiro, vice-presidente da Neoenergia e Vice-chair na Global Compact, que trouxe os principais desafios e oportunidades de uma jornada de mais de 30 anos de mercado.

O evento contou com uma série de painéis e palestras que abordaram temas variados relacionados à sustentabilidade no setor energético. Entre os destaques, o painel "Agenda 2030 e a sustentabilidade ambiental no setor elétrico" reuniu especialistas como Lara Marques, analista da vertical de energia da Climatempo; Cicéli Martins, executiva Cemig Agro; Roberta Rolim, Diretora regulatória Cemig; Maria Helena Guarezi, secretária executiva do Ministério das Mulheres; Renata Valladão, especialista em sustentabilidade da ONS e moderado por Marisa Barros, subsecretária de energia e mineração. As painelistas discutiram políticas públicas e estratégias que estão transformando a forma como gerenciamos e consumimos energia.

Os painéis abordaram ainda temas como regulação e o equilíbrio entre modernização, sustentabilidade e segurança energética e muitos outros temas discutidos por especialistas que trouxeram exemplos práticos, inclusive reflexões sobre a nova profissão do mercado de energia que emerge com estes desafios e oportunidades: "o *energy advisor*".

Cabe destaque ainda à palestra ministrada por Zilda Costa, diretora da UCB Power, que abordou as oportunidades e como o armazenamento pode acelerar a transição energética.

A terceira edição do "Congresso Mulheres da Energia 2024" foi um marco importante na discussão sobre sustentabilidade e inovação no setor energético. Com uma programação diversificada e uma participação entusiástica, o evento destacou como a contribuição das mulheres é fundamental para enfrentar os desafios globais e construir um futuro mais sustentável.

O congresso, que contou com a participação de mais de 700 mulheres e 50 palestrantes, reafirmou que a integração de perspectivas diversas e a promoção de práticas sustentáveis são essenciais para o desenvolvimento de um setor energético mais resiliente e sustentável. À medida que o mundo enfrenta crises ambientais e energéticas, a presença e o impacto das mulheres na busca por soluções sustentáveis serão cada vez mais decisivos.

Para mais informações sobre o "Congresso Mulheres da Energia 2024" e futuras edições, acesse https://mulheresdaenergia.com.br/.%

Funcionários estão mais produtivos

% PESQUISA Movimento, que ocorreu nos últimos três anos, se deu em regime de trabalho predominantemente remoto ou híbrido

Nos últimos três anos, 32% dos funcionários brasileiros consideram que a produtividade da sua empresa tenha se tornado significativamente maior. Já 42% dizem que ela se tornou um pouco maior. Somando esses resultados, 74% dos colaboradores afirmam que houve aumento da produtividade das suas empresas nesse período. Os dados são do estudo Trabalho Reimaginado, elaborado pela EY, que considerou uma amostra formada por 300 respondentes. Já no mundo, 16% consideram significativamente maior e 39% um pouco maior, o que dá 55% no total. Essa percepção sobre o aumento da produtividade no Brasil e no mundo ocorreu em regime de trabalho predominantemente remoto ou híbrido, o que pode indicar que aspectos como maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional têm contribuído para esse cenário positivo nas organizações.

A produtividade é consequência das iniciativas criadas para melhorar a capacidade de foco e de produção, afirma Oliver Kamakura FOTO: DIVULGAÇÃO / AGÊNCIA EY

Esse equilíbrio é apontado pelos respondentes brasileiros (42% deles) como o maior desafio para ser produtivo no ambiente de trabalho. Na sequência, o trajeto até o trabalho, com 27% das respostas. Em terceiro lugar, aparece a distração, com 25%. Todos esses desafios citados são solucionados em grande medida pelo modelo remoto ou híbrido. Nas grandes cidades do País, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o trânsito faz com que os colaboradores percam muitas horas por semana no deslocamento, afetando a qualidade de vida e, por consequência, o equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

"Já a distração está relacionada com a produtividade na medida em que deixa o colaborador sem foco ou com dificuldade para se concentrar em uma demanda, já que constantemente é interrompido por um *e-mail*, uma mensagem ou uma reunião. O presencial envolve ainda mais distração porque facilita a interação, que pode, muitas vezes, não ser produtiva", diz o sócio de consultoria em gestão de pessoas da EY para o Brasil, Oliver Kamakura. "O mercado relaciona produtividade com número de entregas naquela famosa máxima de fazer mais com menos. Essa é uma forma de olhar a produtividade de forma incompleta. É importante considerar como o profissional chegou a determinado resultado. Isso porque a produtividade é consequência das iniciativas criadas para melhorar a capacidade de foco e de produção", completa.

> **"A distração está relacionada com a produtividade na medida em que deixa o colaborador sem foco ou com dificuldade para se concentrar em uma demanda"**
> Oliver Kamakura

Nesse raciocínio, caso determinado objetivo não tenha sido alcançado, é preciso buscar os motivos para isso, o que somente é possível ao analisar o dia a dia dos funcionários. Por essa avaliação, passa a questão da distração, avaliando se a organização não está interrompendo demais o cotidiano do profissional, com reuniões desnecessárias que poderiam ser resolvidas em uma troca de *e-mails*, além de verificar se as tarefas que exigem concentração estão sendo feitas em ambiente silencioso, como geralmente é o de casa, motivo pelo qual o remoto é preferível.

Presencial é para relacionamento - Os próprios funcionários sabem quais as tarefas mais relevantes no presencial, ainda segundo o estudo Trabalho Reimaginado. Quando perguntados sobre aquilo que define o desejo de estar no escritório, 37% dos respondentes brasileiros dizem estar socialmente conectados. No mundo, essa porcentagem é de 34%. O segundo aspecto mais mencionado é "tecnologia disponível no local de trabalho", com 33% dos brasileiros e 18% no mundo. O terceiro e quarto lugares têm relação com o primeiro, já que 32% dos entrevistados brasileiros afirmam que seu desejo de estar no escritório se deve a construir ou manter relacionamentos, enquanto outros 26% para colaborar com colegas. No mundo, essas porcentagens são de 27% em ambos os casos.

Por fim, a pesquisa perguntou se os colaboradores consideram que suas empresas avaliam que eles estejam mais produtivos agora do que antes da pandemia. Na amostra brasileira, mais de sete a cada dez (73%) pensam que sim (32% concordam fortemente e 41% concordam). Já na mundial, 59% têm essa mesma percepção (19% concordam fortemente e 40% concordam).

Engajamento - Como não há produtividade sem engajamento, a empresa precisa mensurar o grau de satisfação dos seus colaboradores. Simplificar o dia a dia, por meio da priorização de atividades, está entre as medidas para isso.

"Muitas empresas perguntam sobre como engajar seus colaboradores. É preciso em primeiro lugar ter clareza sobre o que ela tem que fazer nos negócios, definindo os objetivos de cada área. Depois disso, clareza sobre o que esperam dos funcionários. E, por fim, clareza sobre como promover o mínimo entrosamento entre os funcionários para que haja colaboração entre eles", diz Oliver Kamakura. "Ao mesmo tempo, a empresa precisa comunicar esses direcionamentos, alinhando as iniciativas a critérios claros e objetivos que se aplicam a toda a organização", finaliza. **(Agência EY)** %

% HOTELARIA

Ouro Minas investe em modernização

Com um ambicioso projeto de *retrofit*, o Ouro Minas Dolce by Wyndham, instalado na região Nordeste da Capital, aposta na modernização do hotel com investimentos de R$ 30 milhões. O projeto, com 70% já concretizado visa garantir uma infraestrutura completa digna para toda a família, com ambientes mais confortáveis aos hóspedes que viajam a lazer e deve ser finalizado até o final de 2024.

De acordo com a diretora do hotel, Érica Drumond, o aprimoramento contínuo é essencial para hotelaria e faz parte do nosso planejamento estratégico para a consolidação do Ouro Minas como uma referência do setor. "Unimos a tradição mineira com tecnologia de ponta, matérias-primas de excelência e ambientes que vão levar os hóspedes a uma experiência inesquecível. O investimento de R$ 30 milhões demonstra a expectativa positiva do hotel em relação ao turismo nos próximos anos".

As suítes foram redesenhadas com uma decoração mais sóbria, sem carpetes, espaços mais *clean*, funcionais e banheiros revestidos em mármore, ressaltando o branco. A Suíte Presidencial Real, anteriormente com 360 m², foi transformada na Suíte Premier, oferecendo o mesmo conforto em um espaço otimizado e revestimentos de traduzem um clima contemporâneo. "Teremos um novo menu de travesseiros com opções aconchegantes e terapêuticas para a qualidade máxima do sono dos nossos hóspedes".

Outra novidade é o novo José Coffee & Bar. "Vamos inaugurar um espaço exclusivo que servirá um sofisticado café da manhã à *la carte* nos finais de semana, com um cardápio elaborado com frutos do mar, caviar e outras iguarias", destaca. A diretora conta que pelo menos R$ 2 milhões foram investidos em tecnologia para aprimorar o atendimento ao cliente.

O restaurante Quinto do Ouro voltará a funcionar 24 horas por dia para atender funcionários das companhias aéreas e clientes que buscam uma opção noturna. "Essa opção de funcionamento sem pausa é um grande *plus*, visto que em BH faltam hotéis e restaurantes com esse atendimento". Está faltando somente o retorno do transporte público regular na madrugada. O cardápio, que até então era voltado para uma gastronomia internacional, também mudou, e irá incluir pratos da cozinha regional mineira, como lombo, feijão tropeiro, canja mineira e caldo verde.

Na ala dos eventos, responsável por 60% do faturamento do hotel, foram ampliadas as salas de apoio e trocadas mil cadeiras, novos carpetes e divisórias acústicas. O hotel também passou a oferecer o sistema "*all inclusive*" para congressos e convenções. "Criamos esta opção para as empresas, em que é possível dispor de diárias com café da manhã, *coffee break*, almoço, coquetel e jantar", acrescenta Érica Drumond.

Lazer e *lobby* - No setor de lazer, a principal novidade e o projeto de uma piscina externa, além da piscina climatizada no primeiro andar. O Kids Club foi ampliado, a academia recebeu melhorias e a Copa Família está sendo reformada para melhor atender mães com filhos pequenos. O *lobby* do hotel está sendo completamente reformado, adotando uma decoração mais *clean* e moderna.

"Na recepção, a ideia é trocar a função dos recepcionistas, que passarão a atuar como agentes de hospedagem para melhor atendimento ao hóspede", explica Érica. %

O evento realizado no Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTec), na região Noroeste, que reuniu membros da academia, setor produtivo e governo, foi a etapa mineira do 1º Fórum Sudeste de Investimentos e Negócios de Impacto FOTO: DIVULGAÇÃO / BHTEC

BHTec sedia fórum de negócios de impacto

SUSTENTABILIDADE Objetivo do evento é mobilizar e articular os diversos atores envolvidos e conhecer as soluções e desafios existentes em Minas Gerais

DANIELA MACIEL

Entendidos como empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável, os negócios de impacto ganharam, ontem, um dia inteiro de discussão no Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTec), na região Noroeste.

O evento, que reuniu membros da academia, setor produtivo e governo, foi a etapa mineira do 1º Fórum Sudeste de Investimentos e Negócios de Impacto. Com o objetivo de mobilizar e articular os diversos atores envolvidos e conhecer as soluções e desafios existentes em Minas Gerais, a etapa mineira vai fornecer subsídios para os debates no Fórum Regional do Sudeste, que precederá o Fórum Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto.

Na palestra de abertura "Negócios de Impacto no Brasil: Enimpacto, Simpacto e Plano Decenal", o consultor Enimpacto/ Pnud para articulação do Simpacto, Aron Belinky, falou sobre a necessidade de ultrapassarmos o conceito de "negócios de impacto" para alcançarmos a "economia de impacto" e a criação do Sistema Nacional de Economia de Impacto (Simpacto).

"Economia de impacto é a modalidade econômica caracterizada pelo equilíbrio entre a busca de resultados financeiros e a promoção de soluções para problemas sociais e ambientais. Não vamos conseguir gerar uma economia próspera se continuarmos tentando atender às nossas necessidades e desejos do jeito que fizemos nos últimos 50 ou 100 anos. Para mudar, precisamos de muito dinheiro. Então, as possibilidades de financiamento são o pano de fundo dessa discussão. A economia de impacto está comprometida a mensurar os resultados de uma maneira compreensível pela perspectiva da economia tradicional", explica Belinky.

Conforme o CEO do BHTec, Marco Crocco, há cerca de dois anos o BHTec abriu uma vertente de sustentabilidade e negócios de impacto e, agora, receber o Fórum tem um significado muito especial.

"Esse evento coloca o Parque nessa discussão fundamental e na qual não podemos correr o risco ter um discurso falso ao tentar transformar uma sociedade que, pela sua forma de organização, não conserva o verde, não gera impacto, não tem preocupações ESG. Tentar transformar isso faz parte de um longo processo", afirma Crocco.

No Brasil, o tema dos negócios de impacto toma força em 2017, com a publicação do Decreto 9244/17, criando a Estratégia Nacional de Economia de Impacto (Enimpacto) - articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil, para promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto.

Entre 2017 e 2023 - com três diferentes governos (Temer, Bolsonaro e Lula) - foi trabalhado o fortalecimento e expansão do ecossistema de impacto no Brasil, até que no ano passado foi publicado o Decreto 11646/23, que instituiu a "Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto."

"O Brasil já tem um entendimento sobre economia de impacto bastante desenvolvido do ponto de vista conceitual, mas do ponto de vista prático precisamos avançar bastante. O movimento pelo impacto no Brasil é muito bem conectado com o que acontece no mundo e nessa experiência do contato com os outros países, percebemos que o Brasil está bem posicionado do ponto de vista da agenda. Do ponto de vista institucional ainda estamos no começo. Os países do Sul Global têm uma participação tímida no debate internacional e, nesse sentido, o Brasil até se destaca, com uma presença ativa, uma política pública e com propósitos", destaca o consultor.

Para o diretor da Aliança pelo Impacto - representante do Brasil no Global Steering Group (GSG) -, Ricardo Ramos, o Brasil está sob os holofotes nas principais discussões em relação à transformação socioambiental que o planeta precisa rumo a uma economia descarbonizada, resiliente às mudanças climáticas e capaz de fazer uma transição energética justa. A presidência rotativa do G20, em 2024, e a COP 30, que será realizada em Belém (PA), no próximo ano, têm acelerado o desenvolvimento do Sistema de Impacto no País.

"Quando comparamos o Brasil com outros países, nos colocamos com um ecossistema mais desenvolvido em relação ao Sul Global e até a vários países desenvolvidos. Ter uma política pública, uma articulação estável, é raro mesmo nesses países. Essa discussão, porém, aqui e lá fora, tem muito a evoluir, principalmente em relação à alocação de recursos. O Brasil precisa aproveitar 2024 e 2025 para catapultar a visão sobre nós existente lá fora e atrair cada vez mais investimentos externos. Não existe uma solução para o planeta do ponto de vista socioambiental que não envolva o Sul Global e, com destaque, o Brasil", avalia Ramos.

> **"O BHTec abriu uma vertente de sustentabilidade e negócios de impacto e, agora, receber o Fórum tem um significado muito especial"**
> Marco Crocco

Diário do Comércio participou do evento

Na preparação para o fórum mineiro, o Diário do Comércio e o Movimento Minas 2032 - Pela Transformação Global (MM 2032) foram convidados a colaborar com as propostas do evento para o fortalecimento de uma economia inovadora, lucrativa e regenerativa, pela *head* de sustentabilidade e coordenadora do Centro de Inteligência e Sustentabilidade do BHTec, Camila Vianna.

"O veículo foi mapeado como parte interessada do ecossistema de negócios de impacto em Minas Gerais por colaborar com o desenvolvimento sustentável e inovador, produzindo conteúdos propositivos e promovendo articulações em todos os setores, o que fomenta um ambiente de governança favorável", destaca Camila Vianna.

O MM2032, liderado pelo Diário do Comércio, propõe uma discussão sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável, e o estabelecimento de um padrão de consumo igualmente responsável, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2015. **(DM)**

CURTAS

Banco do Nordeste nomeia novo economista-chefe

O doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rogerio Sobreira, foi nomeado o novo economista-chefe do Banco do Nordeste (BNB). O profissional será responsável por oferecer assessoria ao presidente e à Alta Administração do Banco nas decisões com impactos econômicos e sociais, além de avaliar o cenário macroeconômico nacional e mundial e seus reflexos sobre a área de atuação do Banco. Rogério Sobreira possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (1986) e mestrado em Economia pela Universidade Federal Fluminense (1995). Sua atuação profissional acumula experiência acadêmica - foi professor associado de economia e finanças na Ebape/FGV - e executiva, tendo sido Diretor Financeiro do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) no período de 2015 a 2019. Rogério Sobreira atua principalmente nas áreas de financiamento do investimento, firma bancária e bancos de desenvolvimento.

Outlet Lingerie anuncia parceria exclusiva com a DeMillus

A Outlet Lingerie, a maior rede de franquias de moda íntima multimarcas do Brasil, anuncia uma parceria histórica com a DeMillus, maior fabricante de lingeries da América Latina. A DeMillus é sinônimo de excelência e confiança no mercado de moda íntima, sendo reconhecida como a marca mais lembrada e mais comprada pelas brasileiras, segundo o Inteligência de Mercado (IEMI), na pesquisa "Comportamento de Compra da Consumidora de Moda Íntima". Agora, essa gigante da lingerie faz parte do portfólio exclusivo da Outlet Lingerie, levando toda a sua expertise e confiabilidade para as consumidoras. O interesse da DeMillus em se aliar à Outlet Lingerie reflete a força e a relevância que a rede de franquias tem no mercado. De acordo com a própria DeMillus, a Outlet Lingerie foi escolhida pela capilaridade, pelos volumes de compra e pelo reconhecimento do trabalhado realizado no segmento de moda íntima.

Plataforma otimiza atendimento e reduz custos

A Alctel, empresa mineira com 28 anos de experiência em soluções tecnológicas voltadas para o atendimento ao cliente, anuncia o lançamento do Contactfy, uma plataforma inovadora que pode integrar inteligência artificial (IA) para revolucionar a estratégia de atendimento das empresas. Indicada para empresas pequenas e médias, a ferramenta chega para complementar a oferta omnichannel da Alctel, que já possui as soluções da Genesys em seu portfólio. As novas funcionalidades integram diversos canais de comunicação como voz, chat, e-mail e WhatsApp, em uma única plataforma, podendo fazer uso de inteligência artificial para melhorar a experiência do cliente ao mesmo tempo em que reduz custos de atendimento.

Temporada de cruzeiros 2025 está com vendas abertas

A temporada de cruzeiros 2024/2025 promete ser quase tão longa e grandiosa quanto a última. Em novembro, nove navios começam a chegar à costa brasileira para cinco meses viagens pelo nosso litoral. O encerramento está previsto para acontecer um pouco mais cedo, no fim de abril, a última se estendeu até maio. Na região Sudeste, três companhias vão oferecer cruzeiros saindo de Santos e Rio de Janeiro. Os navios da MSC e da Costa Cruzeiros partem e chegam em portos brasileiros, enquanto a Norwegian Cruise Line terá apenas roteiros internacionais, com embarque no porto carioca. A concorrência, cada vez mais acirrada, tem feito as companhias capricharem na programação e investirem na democratização das tarifas cresceu a oferta de minicruzeiros, a partir de três noites. **(Folhapress)**

CONJUNTURA

Maioria dos negócios mineiros já está no ambiente virtual

E-COMMERCE Pesquisa da Fecomércio-MG identificou o perfil das empresas do Estado com atuação *on-line* e os desafios que ainda persistem no comércio digital

RICHARD NOVAES

O comércio eletrônico em Minas Gerais continua a crescer, com 62,5% das empresas do Estado já inseridas no ambiente *on-line*, segundo pesquisa realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG). De acordo com o levantamento, a maioria dessas empresas já atua no *e-commerce* há pelo menos três anos, demonstrando um amadurecimento no uso das plataformas digitais.

Dentre essas empresas já estabelecidas na internet, 21,8% utilizam *marketplaces*, o que representa um aumento de 6,1% em comparação com o ano passado. Um exemplo de plataforma é o Mercado Livre, onde metade dessas empresas está presente, seguido por Ifood e Magazine Luiza, ambos com 15,4%.

Quase 95,2% das lojas inseridas no ambiente *on-line* são próprias e, aproximadamente, 6,2% são franquias. Além disso, apenas 37% das empresas possuem um site próprio e, entre essas, 77,3% realizam vendas por ali.

A pesquisa foi realizada entre 5 e 9 de agosto de 2024, com 419 empresas do comércio varejista de Minas Gerais, selecionadas a partir do cadastro da área de Estudos Econômicos do Sistema Fecomércio-MG. O levantamento abrangeu todas as regiões do Estado.

Dentre as empresas já estabelecidas na internet, 21,8% utilizam *marketplace*, como o Mercado Livre FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Pix - Quando analisadas as formas de pagamento, o Pix se sobressai como o método mais aceito, utilizado por 91,6% das empresas, superando os pagamentos por cartão de crédito (79%) e débito (70,6%).

"O uso do Pix vem sendo cada vez mais disseminado por todo o comércio. Nas vendas *on-line*, essa modalidade se destaca pela agilidade e segurança, além de muitos empresários oferecerem descontos nessa forma de pagamento, o que se torna um grande atrativo para os consumidores", destaca a economista da Fecomércio-MG, Gabriela Martins.

Quanto ao volume de vendas *on-line*, 18,5% das empresas relataram que as vendas digitais correspondem a até 10% do total de suas vendas, enquanto para 16%, as vendas virtuais variam entre 10% e 20% do total. Entre as empresas que ainda não estão no ambiente digital, 8,3% planejam iniciar suas vendas *on-line* nos próximos 12 meses, indicando uma tendência de expansão no setor.

Mas, apesar do avanço, o comércio eletrônico em Minas Gerais ainda enfrenta desafios significativos. A falta de mão de obra especializada foi apontada como um dos principais obstáculos, afetando 18,5% das empresas. Outro desafio relevante é a gestão de estoque, citada por 13,4% dos empresários.

A pesquisa revelou ainda que 66,4% das empresas com presença física e digital oferecem serviços como retirada de produtos na loja e trocas de compras feitas pela internet, o que contribui para uma experiência de compra mais completa e satisfatória.

"A internet, junto com estratégias de logística, tem transformado o *e-commerce* em um protagonista do varejo. Embora existam desafios, o aumento da participação das empresas mineiras nos meios digitais é uma resposta direta à demanda crescente dos consumidores, que não só compram, mas também pesquisam preços e tendências *on-line*", explica.

> **"A internet, junto com estratégias de logística, tem transformado o e-commerce em um protagonista do varejo"**
> Gabriela Martins

FGV IBRE

Confiança da construção fica estável em julho

MARA BIANCHETTI, Editora

O Índice de Confiança da Construção (ICST) do FGV Ibre ficou relativamente estável ao variar 0,2 ponto em agosto, para 97,5 pontos, e chega a quatro mês seguido sem queda. Na média móvel trimestral, o índice avançou 0,4 ponto.

Segundo a coordenadora de Projetos da Construção do FGV Ibre, Ana Maria Castelo, as oscilações do indicador desde o início do ano, provavelmente são reflexo das pautas que predominam o cenário macroeconômico, como a possibilidade de elevação de juros. No entanto, os fundamentos setoriais continuam positivos e, apesar da queda na margem, a maioria das empresas sinaliza que a demanda prevista para os próximos meses aumentará e os negócios irão melhorar.

"A avaliação setorial sobre o ambiente corrente de negócios tem melhorado seguidamente desde o ano passado. O indicador de evolução recente alcançou novo recorde no ano, apontando que a atividade segue aquecida gerando escassez de trabalhadores qualificados, que em agosto voltou a aumentar. Essa é principal limitação ao crescimento do setor no cenário atual. Por outro lado, houve um revés nas expectativas - o IE devolveu parte da alta do mês anterior", analisa.

O Nível de Utilização da Capacidade (Nuci) do setor aumentou 0,5 ponto percentual no mês, chegando a 80% FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

O resultado do ICST no oitavo mês de 2024 foi influenciado exclusivamente pela melhora da percepção sobre o momento corrente, enquanto a avaliação sobre as expectativas nos próximos meses piorou. Conforme a FGV, o Índice de Situação Atual (ISA-CST) subiu 1,5 ponto, alcançando 97,0 pontos. Por outro lado, o Índice de Expectativas (IE-CST) recuou 1,3 ponto, para 98,0 pontos.

Além disso, os dois indicadores que compõem o ISA-CST avançaram neste mês: o indicador de situação atual dos negócios avançou 1,5 ponto, para 96,7 pontos, e o indicador de volume de carteira de contratos subiu 1,6 ponto e atingiu 97,3 pontos.

Na ótica da composição do IE-CST, os dois indicadores retraíram, com maior peso para o indicador de demanda prevista nos próximos três meses que caiu 2,6 pontos, para 98,2 pontos, enquanto o indicador de tendência dos negócios nos próximos seis meses teve retração de 0,1 ponto e ficou em 97,7 pontos.

E o Nível de Utilização da Capacidade (Nuci) da construção aumentou 0,5 ponto percentual (p.p.), chegando aos 80%. Os níveis de utilização da mão de obra e de máquinas e equipamentos também aumentaram 0,6 e 0,5 p.p, para 81,4% e 74,6%, respectivamente.

Demanda X Percepção - Na comparação com agosto de 2023, o Indicador de Expectativas ainda sustenta melhora. A maioria dos empresários da construção tem expectativas otimistas em relação à demanda: enquanto 28,1% indicam que a demanda vai aumentar, apenas 8,8% esperam queda nos próximos três meses. No entanto, o otimismo das empresas caiu em alguns segmentos, principalmente no de Obras Viárias. Por outro lado, as empresas de Obras de Acabamento são as mais otimistas. **(Com informações da FGV)**

LEGISLAÇÃO

PF investiga o uso de *fintechs* por uma organização criminosa

OPERAÇÃO CONCIERGE Ação concentrada em Belo Horizonte e cidades paulistas apura a movimentação de R$ 3,5 bilhões por instituições clandestinas entre 2020 e 2023

IRIS AGUIAR *

A operação Concierge da Polícia Federal, que foi deflagrada ontem, investiga uma organização criminosa que atua em lavagem de dinheiro, evasão de divisas e blindagem patrimonial. O grupo utiliza *fintechs* para facilitar esquemas ilícitos. A ação tem o apoio da Receita Federal e do Ministério Público Federal.

Belo Horizonte, em Minas Gerais, é um dos locais onde a operação se concentrou, além de várias cidades do estado de São Paulo. Foram alvos da polícia 57 pessoas e empresas. Três delas são na capital mineira e as outras nas seguintes cidades paulistas: São Paulo, São Caetano do Sul, Osasco; Barueri, Santana do Parnaíba, Embu-Guaçu, Jundiaí, Valinhos, Paulínia, Campinas, Americana; Sorocaba; Votorantim e Ilhabela.

A Receita Federal atuou em relação a 12 desses alvos, que são pessoas jurídicas, em busca de documentos de interesse tributário que possam comprovar as irregularidades.

O esquema investigado envolve duas *fintechs* que operam no setor bancário e financeiro, controladas por sócios ocultos. Segundo a Polícia Federal, entre 2020 e 2023, essas instituições clandestinas movimentaram cerca de R$ 3,5 bilhões em operações de crédito, sendo apontadas como facilitadoras para sonegadores contumazes que, devido a dívidas tributárias elevadas, utilizavam essas empresas para fraudar execuções fiscais.

As *fintechs* forneciam uma "conta garantida", serviço que permitia a livre movimentação financeira dos clientes, sem risco de bloqueios judiciais, o que favorecia a blindagem patrimonial. Essa conta garantida, segundo as investigações, assegurava que os clientes se mantivessem "invisíveis" perante o Sistema Financeiro Nacional, evitando restrições e permitindo a manutenção de grandes fortunas longe do alcance das autoridades.

Um exemplo extremo desse esquema envolve um contribuinte que, utilizando a conta garantida oferecida pelas *fintechs*, possui uma dívida de R$ 254 milhões inscrita em dívida ativa da União. Esse tipo de operação é especialmente danosa ao erário público, pois dificulta a recuperação de créditos fiscais.

"Conta bolsão" - Outro mecanismo utilizado pelas *fintechs* é a chamada "conta bolsão", mantida junto a um banco comercial. Essa conta realiza milhares de transações com dinheiro de terceiros, clientes das *fintechs*, mas garante a invisibilidade dos verdadeiros proprietários dos recursos.

Como exemplo, uma pessoa física que comanda operações financeiras através do aplicativo da *fintech* não tem seu nome vinculado às transações bancárias. Isso torna o rastreamento de origem e destino do dinheiro praticamente impossível, segundo as autoridades envolvidas na operação.

As investigações continuam em andamento, e as autoridades esperam que os materiais apreendidos em Minas Gerais e São Paulo contribuam para a responsabilização dos envolvidos e o desmantelamento completo da organização criminosa. **(*Estagiária sob supervisão da edição)**

A operação da Polícia Federal contou com o apoio da Receita Federal e do Ministério Público Federal FOTO: DIVULGAÇÃO / POLÍCIA FEDERAL

BENEFÍCIOS

Governo quer poupar R$ 18 bi com revisão

Brasília - O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê poupar R$ 18 bilhões com a revisão de benefícios da Previdência e da assistência social em 2025. O maior valor (R$ 7,3 bilhões) virá da implementação do Atestmed, sistema *on-line* que dispensa a perícia presencial para a concessão do auxílio-doença, e da adoção de medidas cautelares e administrativas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (NSS).

Outros R$ 6,4 bilhões serão economizados com a revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. O Executivo ainda espera poupar R$ 3,2 bilhões com a revisão dos benefícios por incapacidade (como auxílio-doença) e R$ 1,1 bilhão com o seguro-defeso, pago a pescadores artesanais durante o período em que a atividade é proibida.

Neste ano, o governo diz ter economizado pelo menos R$ 3,3 bilhões com o Atestmed e a revisão de benefícios por incapacidade, medidas que tinham impacto total estimado em R$ 8,6 bilhões. Ao todo, o Executivo espera poupar R$ 10 bilhões neste ano com a revisão de gastos.

O detalhamento dos valores foi anunciado ontem pelo governo. O programa de revisão de gastos ganhou um slogan: "Revisar para repriorizar". "Não é um 'revisaço' que acontece por um voluntarismo do governante. É um processo sistemático, contínuo de revisão", disse o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, Sérgio Firpo.

Segundo ele, as revisões seguem uma metodologia e buscam encontrar espaço fiscal para financiar políticas consideradas prioritárias. "A revisão não tem como base cessação de direitos. Pelo contrário, tem como base a garantia de direitos. Ela evita pagamentos indevidos para dar direito a quem tem direito", afirmou.

Além da revisão de benefícios, o governo espera poupar R$ 3,7 bilhões com o Proagro, programa de seguro rural para pequenos e médios produtores que, nos últimos anos, passou por uma explosão de gastos. O impacto vem tanto de mudanças de regras quanto de medidas classificadas pelo governo como "reprogramação" ou "realocação".

O Executivo também listou a realocação de R$ 2,3 bilhões que originalmente estavam previstos para o Bolsa Família e de R$ 2 bilhões inicialmente destinados a despesas com pessoal.

"A agenda de revisão de gastos é central. Vamos garantir que essa agenda siga como prioritária e sempre muito ativa do lado do governo. Buscamos equilíbrio fiscal para que o País cresça com compromisso social", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Ele comparou a revisão de gastos ao ato de escovar os dentes. "Tem que fazer isso todo dia", afirmou.

Arcabouço fiscal - O governo precisa avançar nessas medidas para conseguir fechar as contas não só de 2024, mas também da proposta orçamentária de 2025. Para o ano que vem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já anunciou um corte de R$ 25,9 bilhões em despesas para preservar o arcabouço fiscal. As iniciativas listadas pelo Executivo alcançam esse valor.

"A ideia é que a gente continue nesse processo de avanço na revisão de gastos e na transparência desse trabalho. A gente está na antessala do Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) 2025, daqui dois dias a gente vai encaminhar a peça orçamentária, e nesse processo a gente achou importante antecipar um dos elementos que tem sido bastante discutido", afirmou o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães.

O Executivo estima poupar R$ 6,4 bilhões com o cancelamento de 481,7 mil benefícios em 2025. O governo editou duas portarias com diretrizes para a revisão do BPC. **(Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes/Folhapress)**

TRABALHO

Reforma não reduziu processos, diz o presidente do TST

Brasília - O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Lélio Bentes Corrêa, afirmou ontem que a reforma trabalhista não entregou todos os resultados que prometeu. Um dos pontos citados por ele é o argumento de que a revisão das leis reduziria o volume de processos judiciais em tramitação.

De acordo com o ministro, as ações caíram apenas no ano seguinte à entrada em vigor do texto. "No TST, nós temos um quadro de a cada ano termos mais processos chegando. Então, há um fator de inconformismo das partes [diante] dessas regras da nova legislação", afirmou.

A reforma trabalhista tem sido motivo de discussão social e questionamentos na Justiça. Nesta semana, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF) volta a julgar trechos incluídos na legislação em 2017 pelo Congresso. A pauta do plenário inclui ações que questionam o trabalho intermitente.

Dados do TST mostram que os processos recebidos pela Justiça do Trabalho em 2023 totalizaram 3,5 milhões, número 11,3% maior do que no ano anterior. Apenas a corte superior recebeu mais de 457 mil novas ações.

Na avaliação do presidente do tribunal, os dados mostram uma insatisfação daqueles que recorrem à Justiça com as mudanças feitas pelos legisladores.

"Lamento constatar que a reforma trabalhista não entregou os resultados que prometeu. Não pacificou conflitos. A redução do número de processos foi momentânea. No segundo momento já começou a subir de novo", disse Corrêa.

Em 2018, houve uma queda relevante no volume de casos novos, dado que o TST atribui à reforma trabalhista. Em 2017, foram quase 4 milhões de novos casos. No ano seguinte, o número foi de 3,2 milhões, o maior declínio desde 2004 a partir de quando o tribunal passou a produzir os relatórios.

Em 2019, o quantitativo voltou a crescer, alcançando quase 3,4 milhões de novas demandas. O período da Covid-19 registrou nova queda, em 2020 e 2021, respectivamente com 3 milhões e 2,9 milhões casos novos. Em 2022, a Justiça do Trabalho recebeu 3,1 milhões de processos e 2023 foram os 3,5 milhões, patamar próximo ao que era observado antes da reforma trabalhista.

"Temo que alguns aspectos da reforma tenham adotado uma perspectiva de tentar resolver o conflito trabalhista formalmente, e não na essência. Isso não resolve o problema. Isso amedronta a parte de ir à Justiça. O movimento que temos de fazer é justamente o oposto. Devemos nos aproximar da sociedade, nos colocar à disposição, inclusive para mediar conflitos sem processos trabalhistas", diz Corrêa.

Ele cita, como exemplo, o trecho da reforma que impôs consequências a quem perde as disputas na Justiça do Trabalho. A reforma previu o pagamento, até mesmo pelos beneficiários de Justiça gratuita, de valores e taxas para custear o processo, inclusive perícias e os honorários dos advogados da outra parte envolvida no caso. O trecho foi derrubado pelo STF em outubro de 2021. **(Ana Pompeu/Folhapress)**

FINANÇAS

Lula indica Gabriel Galípolo para a presidência do Banco Central

AUTORIDADE MONETÁRIA Se for aprovado pelo Senado Federal, o atual diretor do BC terá a missão de angariar a confiança do mercado, que teme leniência da instituição no combate à inflação

Brasília - Gabriel Galípolo é o nome indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para assumir a presidência do Banco Central (BC), anunciou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Se aprovado pelo Senado Federal, ele assume o comando da instituição com a missão de angariar a confiança do mercado financeiro, que teme um BC leniente no combate à inflação em 2025, quando o Comitê de Política Monetário (Copom) terá maioria dos integrantes indicados pelo presidente Lula.

O atual diretor de Política Monetária do BC vai suceder Roberto Campos Neto, à frente da instituição desde 2019 por indicação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e cujo mandato termina em 31 de dezembro.

Aos 42 anos, Galípolo foi um dos conselheiros de Lula na campanha presidencial de 2022 e atuou como número dois de Haddad. Desde que assumiu o posto no BC, ele manteve canal direto com o chefe do Executivo. Os dois conversam até sobre as contas públicas e a antecipação de riscos fiscais pelo mercado financeiro.

A habilidade de uma comunicação direta e sem tom professoral, o que costuma irritar o presidente, foi reconhecida até mesmo pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), quando Galípolo era secretário-executivo da Fazenda.

Aos olhos de Lula, Galípolo é um "menino de ouro", "competentíssimo" e "de uma honestidade ímpar". "Obviamente ele tem todas as condições para ser presidente do Banco Central", disse o chefe do Executivo em junho.

A escolha por Galípolo no comando do BC já era dada como certa pelo mercado financeiro e por integrantes do Senado Federal, responsável pela sabatina e pela aprovação dos nomes indicados à autoridade monetária pelo chefe do Executivo.

Segundo a lei da autonomia da autoridade monetária, aprovada em 2021, cabe ao presidente da República a indicação dos nomes para a cúpula do BC. Posteriormente, os indicados passam por sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. Os escolhidos são, então, levados ao plenário para aprovação.

Um sinal que reforçou a percepção de autoridades dentro do governo de que o diretor de Política Monetária seria o escolhido para suceder Campos Neto foi a sua participação em um jantar do presidente Lula, no fim de junho, na casa de Haddad com um grupo de economistas de dentro e de fora do governo.

No encontro, houve o alerta sobre a possibilidade de alta da inflação caso o dólar seguisse disparando. No jantar, que reuniu expoentes do chamado desenvolvimentismo, Lula foi aconselhado a moderar suas falas para não dar combustível à crise - naquele momento o dólar chegou a superar R$ 5,70.

Galípolo estava presente no evento, organizado em um momento de grande tensão em torno do aumento da desconfiança de que o governo Lula proporia mudanças nas regras do arcabouço.

Sinal verde - Após esse encontro, Lula acabou dando sinal verde para Haddad anunciar dias depois que o governo faria um congelamento de R$ 15 bilhões em despesas do orçamento deste ano e economizaria R$ 25,9 bilhões em gastos com revisão de despesas obrigatórias de benefícios previdenciários e sociais em 2025.

Poucos dias antes do jantar, em 24 de junho, Galípolo foi chamado a viajar com o presidente Lula num voo de São Paulo a Brasília. A viagem não constou nas agendas de Lula e do diretor, mas foi confirmada pela Folha.

No dia seguinte, o presidente deu aval para a formalização da meta contínua de inflação de 3% em reunião com Haddad e Galípolo. Foi outro sinal lido com mais um indicativo do aumento da interlocução de Galipolo junto ao presidente.

No encontro, que não constava inicialmente na agenda oficial de Lula e foi incluído posteriormente entre os compromissos do diretor do BC, foram discutidos detalhes do texto que sacramentou a mudança no sistema de metas de inflação.

Na ocasião, Haddad disse que Galípolo estava liderando o tema no BC e foi autorizado por Campos Neto a comparecer ao Planalto para a reunião com Lula.

Após esses episódios, Galípolo foi ganhando cada vez mais desenvoltura em falas durante eventos públicos na busca de credibilidade no mercado financeiro para ocupar a cadeira da presidência do BC. Nas últimas semanas, ele tem atuado como o principal coordenador das expectativas de inflação e de decisão sobre os juros.

Esse movimento combinado ficou mais evidente após a última reunião do Copom, em julho, com a declaração feita por Galípolo na semana passada de que a alta de juros estava na mesa do colegiado do BC.

O próprio Lula deu uma ajuda extra ao diminuir as críticas aos juros altos. No último dia 17, o petista disse que o próximo presidente do BC não lhe devia favor, mas precisava ter coragem para reduzir e também aumentar os juros. **(Nathalia Garcia, Adriana Fernandes e Ana Pompeu/Folhapress)**

> **"A escolha de Galípolo para comandar o BC já era dada como certa pelo mercado financeiro e senadores, que são responsáveis pela sabatina na CAE"**

Galípolo foi conselheiro de Lula na campanha presidencial de 2022 e número dois de Fernando Haddad no Ministério da Fazenda FOTO: LULA MARQUES / AGÊNCIA BRASIL

Antecipação busca afastar incertezas

Brasília - A indicação antecipada do próximo comandante do Banco Central (BC) foi um pedido do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com a intenção de afastar incertezas, melhorar a comunicação e dar mais estabilidade para a economia até o fim do ano.

Do lado político, a sabatina com a votação do nome de Gabriel Galípolo -mesmo que meses antes da sua posse - ajuda o Ministério da Fazenda a concentrar esforços nas negociações da pauta econômica, segundo explicou um auxiliar de Haddad à Folha de S.Paulo.

O ministro quis afastar o risco de a sabatina só acontecer em novembro, o que daria pouco tempo para a transição até a posse do presidente em janeiro do ano que vem.

A leitura é de que as eleições municipais e depois as negociações para a escolha dos próximos presidentes da Câmara e do Senado vão tirar espaço na agenda do Congresso na reta final deste segundo semestre da atenção dos parlamentares.

A expectativa é de que a sabatina do futuro presidente do BC possa ocorrer entre os dias 2, 3 e 4 de setembro, quando as sessões do Senado deverão ser presenciais.

Publicamente, O presidente do BC, Roberto Campos Neto, também defende que a indicação do seu sucessor seja feita até outubro para assegurar uma transição suave do comando do BC.

Com a indicação de Galípolo, Lula terá que indicar um substituto para a diretoria de Política Monetária e mais dois nomes para o BC. Em 31 de dezembro, chegam ao fim os mandatos de Otavio Damaso (Regulação) e de Carolina de Assis Barros (Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta) - única mulher na cúpula da autoridade monetária atualmente.

O presidente Lula preferiu avançar apenas com a indicação de Galípolo para não atropelar colocando os demais nomes ao mesmo tempo. Galípolo é um nome que não sofre resistências no Senado nem da oposição. Mas a Fazenda negocia a proposta de emenda à Constituição (PEC) da autonomia financeira do BC para afastar resistências na sabatina. **(Nathalia Garcia, Adriana Fernandes e Ana Pompeu/Folhapress)**

Papel de mensageiro do Copom passou a ser dividido com Roberto Campos Neto

São Paulo - Indicado pelo governo Lula para assumir a presidência do Banco Central, Gabriel Galípolo, já vinha dividindo, nas últimas semanas, o papel de mensageiro do Comitê de Política Monetária (Copom) com o atual chefe da instituição, Roberto Campos Neto.

O nome do economista já era dado como certo às vésperas do anúncio, o que deu um peso maior às suas falas sobre a inflação e a Selic (taxa básica de juros), movimentando o mercado financeiro nos últimos dias.

Galípolo, indicado para assumir a autoridade monetária para o mandato de 2025 a 2028, foi secretário-executivo da Fazenda e atuou como braço-direito do ministro Fernando Haddad até junho do ano passado, quando foi indicado ao posto de diretor de política monetária do Banco Central, trajetória que o mercado interpretou como um indicativo de que era ele o principal candidato para comandar a instituição.

O paulistano de 42 anos foi presidente do banco de investimentos Fator de 2017 a 2021 e se notabilizou como um dos conselheiros econômicos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quando participou da campanha presidencial do petista.

Seu nome começou a ganhar repercussão no mercado financeiro e no meio político em abril de 2022, quando Gleisi Hoffmann, a presidente do PT, o convidou para um jantar na casa de João Camargo, do grupo Esfera, na presença de nomes de peso do empresariado brasileiro, como Abilio Diniz (Península) e Flávio Rocha (Riachuelo).

A partir dali, ele participaria de dezenas de outros eventos e reuniões com executivos nas quais foi recebido como uma espécie de porta-voz econômico do então candidato à Presidência.

Com a proximidade da eleição, Galípolo assumiu postura mais proativa na campanha, passando, ele próprio, a mediar eventos em defesa da chapa Lula-Alckmin para tentar atrair o voto de setores tradicionalmente mais resistentes ao PT no empresariado e no mercado financeiro.

Ao mesmo tempo, também ganhou a confiança de Haddad, ao participar da coordenação de seu plano de governo na disputa pelo estado de São Paulo, da qual o ex-prefeito saiu derrotado.

Equipe de transição - Após a eleição, ele participou da equipe de transição e chegou a ser cotado para assumir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que acabou ficando com Aloizio Mercadante.

Mas a aproximação de Galípolo a Lula é anterior. O enlace entre os dois teria acontecido em uma reunião virtual para a qual Lula o convidou, por sugestão de um amigo em comum, ainda na pandemia, em 2021. No mesmo ano, ele marcou presença no Natal dos catadores, ao qual Lula sempre comparece.

No palco do evento, o petista notou o prestígio e retribuiu: "Aqui hoje a gente tem um banqueiro que já não é mais banqueiro e está do nosso lado nessa briga para reconstruir a democracia". Ele, no entanto, não citou o nome de Galípolo, aumentando o mistério sobre a sua identidade, que ainda era tratada com reserva àquela altura.

Antes de cair nas graças do petista, Galípolo teve como sócio e mentor o economista e ex-presidente do Palmeiras Luiz Gonzaga Belluzzo, amigo de Lula desde os anos 1970 e seu conselheiro econômico histórico.

Para além da paixão pelo Palmeiras, Galípolo tem Belluzzo como referência e um grande amigo. Juntos, eles escreveram três livros: "Manda Quem Pode, Obedece Quem Tem Prejuízo", "A Escassez na Abundância Capitalista" e "Dinheiro: o Poder da Abstração Real". **(Joana Cunha e Júlia Moura/Folhapress)**

Entidades mineiras aprovam a indicação de Galípolo no BC

AUTORIDADE MONETÁRIA Expectativa de lideranças empresariais do comércio no Estado é que a instituição permaneça autônoma com a mudança de presidente

LEONARDO MORAIS

Entidades representantes do comércio em Minas Gerais repercutiram a indicação do economista Gabriel Galípolo pelo governo federal para assumir a presidência do Banco Central (BC). A escolha de substituição ao atual presidente Roberto Campos Neto foi vista como previsível por parte das organizações, que reforçaram a importância do fortalecimento da autonomia do BC.

Para a Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas), a instituição Banco Central é autônoma e assim deve permanecer. "Vejo com bons olhos o nome do economista Gabriel Galípolo, só nos preocupa a manutenção da autonomia da instituição. O rito deve ser respeitado", destacou o presidente da ACMinas, José Anchieta da Silva.

A indicação antecipada de Galípolo também foi recebida de forma positiva pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG). Segundo a entidade, o fato de haver um acordo em comum com o atual presidente do BC e a equipe econômica do governo foi benéfico para que essa transição transcorra de maneira tranquila, sem gerar instabilidades econômicas.

Segundo o presidente da Fecomércio-MG, Nadim Donato, Galípolo é equilibrado e tecnicamente preparado. "É fundamental que o futuro presidente fortaleça o Banco Central, que é uma instituição independente, com tomada de decisões eminentemente técnicas e condizentes com a necessidade de combate à inflação", avalia.

O presidente da ACMinas, José Anchieta da Silva, considera essencial o respeito à autonomia do Banco Central FOTO: DIVULGAÇÃO / AC MINAS FÁBIO ORTOLAN

Donato destaca que a escolha é de fundamental importância, já que o BC é uma instituição decisiva para o desempenho da economia brasileira. Ele acrescenta que o bom desempenho de uma liderança no BC é capaz de fomentar um ambiente econômico seguro e gerenciar as expectativas da economia, criando condições favoráveis ao crescimento sustentável.

A previsibilidade da indicação também foi destacada pelo presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), Marcelo de Souza e Silva. "Já era esperada essa indicação desde quando ele assumiu o cargo de diretor de Política Monetária do BC", ressalta Souza e Silva.

Perfil conciliador - A entidade, no entanto, também vê com bons olhos o perfil de Galípolo para o Banco Central e o considera um profissional aberto ao diálogo, com espírito conciliador e ideias modernas. "Esperamos que ele dê continuidade à política de redução de juros, que, infelizmente, foi interrompida na última reunião do Copom. Toda redução, mesmo que tímida, é positiva para o comércio", reforça.

Além da escolha do cargo, a CDL/BH salienta a importância da sinergia entre governo e Banco Central para a retomada do crescimento econômico. "O governo também precisa fazer a parte dele, com responsabilidade na gestão e equilíbrio fiscal", conclui.

> "É fundamental que o futuro presidente fortaleça o Banco Central, que é uma instituição independente, com tomada de decisões eminentemente técnicas e condizentes com a necessidade de combate à inflação"
> Nadim Donato

Indicadores Econômicos

Dólar

		28/08/2024	27/08/2024	26/08/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,5560	R$ 5,5030	R$ 5,4920
	VENDA	R$ 5,5560	R$ 5,5030	R$ 5,4920
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,5309	R$ 5,4963	R$ 5,4915
	VENDA	R$ 5,5315	R$ 5,4969	R$ 5,4921
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,5820	R$ 5,5300	R$ 5,5170
	VENDA	R$ 5,7620	R$ 5,7100	R$ 5,6970

Fonte: BC

Inflação

Índices	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	5,64%	7,80%

TR/Poupança

22/07 a 22/08	0,0745	0,5749
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767

Ouro

	28/08/2024	27/08/2024	26/08/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.504,39	US$ 2.524,27	US$ 2.518,30
BM&F-SP (g)	R$ 445,68	R$ 443,96	R$ 444,29

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08
UPC (R$)	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50

Reservas Internacionais

27/08.. US$ 369.531 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,789	0,8063
COLON/COSTA RICA	35	0,3527	0,355
COLON/EL SALVADOR	40	0,01056	0,01068
COROA DINAMARQUESA	55	0,8251	0,8252
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04019	0,04027
COROA NORUEGUESA	65	0,5269	0,5271
COROA SUECA	70	0,5429	0,543
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5057	1,5062
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,75	3,7509
DOLAR/BAHAMAS	155	5,5309	5,5315
DOLAR CANADENSE	165	4,1082	4,109
DOLAR DA GUIANA	170	0,02628	0,02661
DOLAR CAYMAN	190	6,6238	6,7048
DOLAR CINGAPURA	195	4,2428	4,2439
DOLAR HONG KONG	205	0,7091	0,7092
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8103	0,8203
DOLAR DOS EUA	220	5,5309	5,5315
FORINT/HUNGRIA	345	0,01563	0,01564
FRANCO SUICO	425	6,568	6,5695
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007219	0,0007235
IENE	470	0,03828	0,03829
LIBRA/EGITO	535	0,1135	0,1138
LIBRA ESTERLINA	540	7,3002	7,3016
LIBRA/LIBANO	560	0,0000617	0,0000618
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004254	0,0004255
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1729	0,1731
NOVO SOL/PERU	660	1,4789	1,48
PESO ARGENTINO	665	0,06585	0,0659
PESO CHILE	715	0,006055	0,00606
PESO/COLOMBIA	720	0,001358	0,00136
PESO/CUBA	725	0,2305	0,2305
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09251	0,09311
PESO/FILIPINAS	735	0,09829	0,09834
PESO/MEXICO	741	0,283	0,2832
PESO/URUGUAIO	745	0,1372	0,1373
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7137	0,7165
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002626	0,002642
RENMINBI HONG KONG	796	0,7755	0,7757
RIAL/CATAR	800	1,517	1,518
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4738	1,4741
RINGGIT/MALASIA	828	1,2726	1,2745
RUBLO/RUSSIA	830	0,06039	0,06041
RUPIA/INDIA	860	0,06591	0,06593
WON COREIA SUL	930	0,00414	0,004142
EURO	978	6,1537	6,1549

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

15/08	0,01365539	3,04789967
16/08	0,01365582	3,04799543
17/08	0,01365639	3,04812311
18/08	0,01365696	3,04825052
19/08	0,01365754	3,04838015
20/08	0,01365781	3,04843943
21/08	0,01365781	3,04843943
22/08	0,01365781	3,04843943
23/08	0,01365823	3,04853405
24/08	0,01365880	3,04866079
25/08	0,01365935	3,04878462
26/08	0,01365991	3,04891012
27/08	0,01366019	3,04897093
28/08	0,01366019	3,04897093
29/08	0,01366019	3,04897093

Fonte: Fenaseg

TBF

18/08 a 18/09	0,8107
19/08 a 19/09	0,8477
20/08 a 20/09	0,8466
21/08 a 21/09	0,8454
22/08 a 22/09	0,8091
23/08 a 23/09	0,7729

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

Agenda Federal

Dia 30

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.08.2024.
Darf Comum (2 vias)

Contribuição sindical (empregados) - Recolhimento das contribuições sindicais dos empregados descontadas em julho/2024, desde que prévia e expressamente autorizadas por eles (CLT, art. 545).
GRCSU

CSL - Apuração mensal - Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro devida, no mês de julho/2024, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração trimestral - Pagamento da 2ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro devida no 2º trimestre de 2024 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida de 1% de juros (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

Declaração de Operações Imobiliárias (DOI) - Entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil, pelos Cartórios de Notas, de Registro de Imóveis e de Registro de títulos e Documentos, da Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI), relativa às operações de aquisição ou alienação de imóveis realizadas durante o mês de julho/2024 por pessoas físicas ou jurídicas (Instrução Normativa RFB nº 2.186/2024, art. 5º).
Internet

Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie (DME) - Entrega da DME pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil que, no mês de julho/2024, tenham recebido valores em espécie cuja soma seja igual ou superior a R$ 30.000,00, ou o equivalente em outra moeda, decorrentes de alienação ou cessão onerosa ou gratuita de bens e direitos, de prestação de serviços, de aluguel ou de outras operações que envolvam transferência de moeda em espécie, realizadas com uma mesma pessoa física ou jurídica (Instrução Normativa RFB nº 1.761/2017, arts. 1º, 4º e 5º). Internet

Decred - Entrega da declaração à Receita Federal, pelas administradoras de cartões de crédito, com informações sobre operações efetuadas com cartão de crédito relativa ao 1º semestre de 2024 (Instrução Normativa SRF nº 341/2003, art. 4º).
Internet

e-Financeira - Prestação de informações referentes às operações financeiras de interesse da RFB, relativas a fatos ocorridos no 1º semestre de 2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.571/2015, arts. 4º e 10, II).
Internet

IPI (DIF-Papel Imune) - Apresentação da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF-Papel Imune) pelos fabricantes, distribuidores, importadores, empresas jornalísticas ou editoras gráficas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, relativa ao 1º semestre/2024.
A DIF-Papel Imune deverá ser apresentada em meio digital, por meio de aplicativo disponibilizado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), assinada digitalmente com utilização de certificado digital válido.
Salvo disposição expressa em contrário, a exigência de assinatura digital não se aplica à pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional. (Instrução Normativa RFB nº 1.817/2018, arts. 15 e 16; Instrução Normativa RFB nº 1.064/2010)
Internet

IRPF - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de julho/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos - Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos no mês de julho/2024 provenientes de (art. 915 do RIR/2018):
a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600;
b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523.
Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

Artesanato mineiro é destaque em feiras nacionais

CLÁUDIA DUARTE, Editora

A riqueza que vem das mãos. O artesanato mineiro está, cada vez mais, ganhando espaço e reconhecimento em todo o Brasil e isso fica evidente na participação de artesãos de Minas Gerais em dois grandes eventos que acontecem em São Paulo: o 18º Salão do Artesanato – Raízes Brasileiras e a exposição-feira Arte dos Mestres.

Os dois eventos, que começaram ontem (28), destacam a riqueza cultural e a diversidade do artesanato mineiro, que gera emprego e renda. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG) apoia e vem promovendo a inserção dos artistas em feiras e exposições nacionais.

A exposição-feira "Arte dos Mestres", promovida pela ONG Artesol, reúne mestres artesãos de oito estados, incluindo Minas Gerais. A exposição apresentará 280 criações únicas de 15 artistas, grupos e coletivos familiares de diferentes estados, destacando a diversidade do artesanato cultural brasileiro.

Entre os artistas mineiros, a cerâmica ganha um espaço especial, celebrando o legado de Ulisses Pereira Chaves, representado por sua família: Zé Maria, Margarida (seus filhos) e Rosana (neta). A participação no evento perpetua a tradição e a arte de Chaves, reforçando o compromisso com a continuidade das práticas artesanais enquanto um ofício tradicional que promove renda.

Além de ser um ponto de venda onde os visitantes podem adquirir diretamente as obras dos artistas, a exposição-feira conta também com uma programação cultural diversificada, incluindo rodas de conversa com pesquisadores e estudiosos da arte e da cultura popular.

O evento vai até 1º de setembro, no Espaço State, em São Paulo. A entrada é gratuita.

18º Salão do Artesanato - O 18º Salão do Artesanato – Raízes Brasileiras, que será realizado no Pavilhão da Bienal, em São Paulo, até o dia 1º de setembro, é um dos maiores eventos do segmento no País, reunindo mestres artesãos, ceramistas, rendeiras, bordadeiras, artistas populares, quilombolas, indígenas, além de muitos outros profissionais do artesanato.

Minas Gerais será destaque no Salão do Artesanato com a participação de artesãos de nove municípios: Andradas; Ponto dos Volantes; Caraí; Minas Novas; Belo Horizonte; Maria da Fé; Pedralva; Nova Lima e Prados.

A presença mineira foi garantida por meio de duas áreas distintas no evento. Uma, cedida pelo Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) do governo federal, que inclui a participação de seis entidades de artesanato e três artesãos individuais selecionados via edital da Sede-MG.

Já a outra, é referente ao espaço destinado aos vencedores da 5ª edição do Prêmio Sebrae Top 100 do Artesanato Brasileiro, uma realização do Sebrae Nacional, em parceria com o Sebrae Minas e apoio da Sede-MG. Dos 25 mineiros premiados, 20 expõem seus trabalhos nessa outra área do Salão.

Comparada à edição anterior, que foi realizada em Brasília, há uma expressiva renovação dos participantes, refletindo a rica diversidade e a vitalidade do artesanato mineiro. A entrada no Salão também é franca. **(Com informações da Sede-MG)**

Governo do Estado vem apoiando artesanato mineiro FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

"Artesãos de Minas Gerais participam simultaneamente de dois grandes eventos em São Paulo até este domingo (1º)"

Entre as feiras em São Paulo, Minas participa do 18º Salão do Artesanato - Raízes Brasileiras, um dos maiores do País FOTO: DIVULGAÇÃO / CENTRO DE ARTESANATO MINEIRO

Roupa Nova: agora só em show extra na Capital

Considerado um dos melhores shows nacionais, "Roupa Nova 40 anos" desembarca em Belo Horizonte já com ingressos esgotados para sexta-feira (30) e com show extra para este sábado (31), às 21 horas, no BeFly Hall (av. Nossa Sra. do Carmo, 230 – Savassi). Ainda há ingressos, mas é bom se apressar. Eles podem ser comprados na bilheteria do teatro e no site Sympla.

Roupa Nova vai se apresentar no BeFly Hall, na Savassi FOTO: DIVULGAÇÃO / ROUPA NOVA

Mais de 20 milhões de cópias vendidas, 38 discos lançados e 35 temas de novela. É assim que a banda Roupa Nova segue com números que impressionam e shows cada vez mais lotados. É uma trajetória aplaudida de pé por quem conhece a história da única banda com quatro décadas de estrada e a mesma formação desde o início em atividade no Brasil.

O Roupa Nova atrai para suas apresentações um público dos mais diversos. São gerações que atravessaram as mudanças na música e seguem fiéis em cada palco que pisam Cleberson Horsth, Ricardo Feghali, Kiko, Nando, Paulinho (*in memorian*), Serginho Herval e Fábio Nestares, que chegou para somar e se tornou o sétimo integrante.

Quando o assunto é trilha de novela, o Roupa Nova é recordista. A banda é responsável também por tocar o "Tema da Vitória", composto e arranjado por Eduardo Souto Neto, que mais tarde se tornaria tema de Ayrton Senna, pela música do "Vídeo Show", da Rede Globo, além do "Rock in Rio". Nas canções mais famosas estão "Whisky a Go-Go", "Dona", "Volta pra Mim", "Anjo", "A Viagem", "Coração Pirata", entre muitas outras.

Vencedora do Grammy Latino de "Melhor Álbum Pop Contemporâneo brasileiro", com o disco "Roupa Nova em Londres", gravado em 2009, nos estúdios de Abbey Road, na capital britânica, a banda acumula discos de ouro e platina, como com o álbum "Roupa Nova 30 anos", de 2010.

Sempre inovando nesses 40 anos de muitos acordes, a banda lançou o álbum "As Novas do Roupa", com 11 canções inéditas, que estão disponíveis nas principais plataformas digitais.

Em 2020, comemorou 40 anos de carreira e havia preparado um grande evento para a gravação do projeto comemorativo, mas com a chegada repentina da pandemia por conta da Covid-19, o show foi adiado. No mesmo ano, o Roupa Nova perdeu um de seus integrantes. Paulinho faleceu em dezembro, deixando saudade no coração de todos os admiradores.

Em 2021, além de algumas *lives* realizadas, Roupa Nova retornou aos palcos em outubro e segue com a agenda cheia. Foi em 2022 que a banda "pegou a estrada" com o emocionante projeto comemorativo de 40 anos, com participações especiais e homenagens a Paulinho e toda sua trajetória na música. Além disso, a banda deu o pontapé inicial no projeto "A Força do Amor", onde se apresentou ao lado do cantor Daniel.

"Localiza Som Clube"

A Capital receberá neste sábado (31) o "Localiza apresenta Som Clube", uma celebração da diversidade musical. O evento gratuito e com ingressos esgotados começará com o ritmo caliente do Mambo Jazz, seguido da apresentação da cantora Céu com a Orquestra Sesiminas, e terminará com a batida inconfundível da cantora Duda Beat. A programação começa às 14h30 e vai até às 22h, na Praça JK, no Sion. O Som Clube acontece desde 2000 e tem em seu DNA a diversidade e apresenta nomes que traduzem a modernidade e a pluralidade da música brasileira. Este ano, o "Localiza apresenta Som Clube" é apresentado pelo Ministério da Cultura e pela empresa mineira. O patrocínio ao evento foi realizado via Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). Quem conseguiu ingresso leva 1 kg de alimento não perecível.

Curso gratuito: Plano Municipal de Cultura

Com o objetivo de orientar gestores públicos, empreendedores e profissionais do setor turístico e demais interessados, a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult) abriu inscrições para o curso gratuito Plano Municipal de Turismo, por meio da plataforma de Ensino à Distância Minas Cultura e Turismo (https://ead.secult.mg.gov.br). O prazo de inscrição se encerrará no dia 6 de setembro e as aulas estão previstas para começar no dia 9 do mesmo mês. Serão oferecidas 1.000 vagas com carga horária de 30 horas, distribuídas em cinco módulos ao longo de cinco semanas, e haverá certificado aos participantes que concluírem todo o ciclo. O conteúdo vai abordar os principais elementos e etapas envolvidas na criação de um plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em nível municipal.

5º Encontro da Dança

Neste fim de semana, sábado (31) e domingo (1º de setembro), o Boulevard Shopping se torna palco para diversas vertentes da dança no 5º Encontro da Dança. A mostra representa um pouco do que tem sido produzido por artistas de diferentes regiões da capital mineira. Reunindo talentos de 50 escolas de dança, o evento apresenta os mais variados estilos como ballet, jazz, flamenco, danças urbanas, contemporâneo, dança do ventre, dança indiana, dança de salão, entre outras. A ideia é mostrar que a arte é feita por todos e para todos. Realizada em parceria com a escola Harmonia Studio de Dança, a mostra acontece na Praça de Eventos, Piso 1, com início às 14h. A entrada é gratuita. Com cerca de 50 apresentações por dia, o público vai poder conferir criações de solos, duos, trios e também grupos de dança. É só se programar e aproveitar.

FOTO: DIVULGAÇÃO / BS FOTOGRAFIA

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067